



GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

Exercício 2013





Índice

İnd	ice	De	2	
1		Introdução	5	
Fur	nde	do de Equilíbrio Financeiro	5	
2		Estatuto da Oposição	10	
3		Serviços Gerais da Administração Pública	11	
3	3.1	1 Iniciativas mais relevantes executadas ou em curso	11	
4		Funções Sociais	12	
4	ŀ.1	1 Educação	12	
4	l.2	2 Saúde e Acão Social	12	
4	l.3	3 Cultura	13	
4	ŀ.4	4 Desporto	14	
5		Funções Territoriais	15	
5	5.1	1 Planos Estratégicos de Ordenamento	15	
5	5.2	2 Candidaturas a Fundos Comunitários para a realização de novas obras Pública	as 16	
6		Funções Económicas	16	
7		Outras Funções	17	
7	'.1	1 Transferência entre Administrações	17	
7	7.2	2 Pacto de Autarcas	17	
Co	nc	clusões	18	
Org	çar	amento	20	
Org	çar	amento das Receitas	21	
Re	се	eitas Correntes	22	
Re	Receitas de Capital			
Org	çar	amento das Despesas	24	
De	Despesas Correntes			
De	Despesas de Capital26			
Gra	Grandes Opções do Plano (GOP)27			
Pla	Plano Plurianual de Investimento (PPI)27			



Grandes Opçoes do Plano (GOP)	. 28
Plano de Atividades Municipais (PAM)	. 28
Mapa de Empréstimos	. 54
Mapa de Pessoal	. 55
Nota Justificativa	. 56
Mapa de Pessoal do Município de Caminha	. 57

RELATÓRIO



GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

Exercício 2013



1 Introdução

A Câmara Municipal de Caminha submete à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento para o Exercício de 2013.

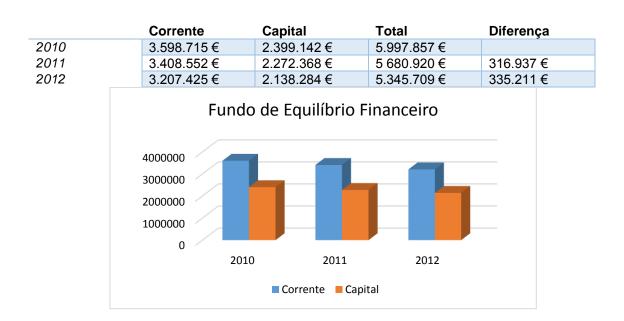
O contexto de crise que o País atravessa e as medidas de austeridade anunciadas pelo governo, impostas pelos compromissos assumidos com a "Troika", fazem antever um ano de 2013 de grandes dificuldades, o que vai obrigar a uma gestão municipal ainda mais rigorosa, sobretudo devido ao "colete de forças" imposto pela Lei dos Compromissos.

A incerteza quanto ao futuro próximo impõe, ao município de Caminha e à grande maioria dos municípios, limitações acrescidas, pela diminuição das receitas de obras particulares, pela diminuição das transferências do Estado, pela manutenção dos cortes à capacidade de endividamento e por todo um conjunto de medidas de restrição orçamental que vão exigir a adoção de soluções que constituirão um novo paradigma na gestão autárquica, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável do concelho e a manutenção da qualidade de vida dos munícipes.

O OE 2013 prevê um aumento de 5% nas comparticipações para a ADSE o qual, se for aprovado, vai certamente representar um encargo na ordem dos 150 mil euros, que vem ainda sobrecarregar mais os encargos do município, a que se acrescenta o aumento do IVA na eletricidade, a par dos encargos com a ADSE, etc.

Conforme pode ver-se no quadro abaixo, a diminuição das receitas provenientes das transferências do Orçamento de Estado tem sido progressiva e sistemática.

Fundo de Equilíbrio Financeiro

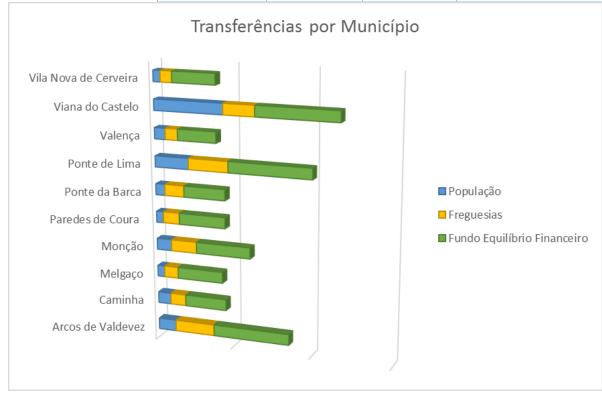




A isto acresce um outro fator gerador de injustiça entre municípios, a atual Lei das Finanças Locais, aprovada pelo Governo PS em 15 de Janeiro de 2007 (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho). Por esta Lei, o valor transferido para os municípios resulta do somatório do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), do FSM (Fundo Social Municipal) e dos 5% da participação do IRS a que o Município tem direito.

No último ano, as Transferências por município no âmbito do Distrito, face à Lei das Finanças Locais, foram:

Município	População	Freguesias	FEF	Total (FEF+FSM+IRS)
Arcos de Valdevez	22 855	51	9 741 751	10 237 094
Caminha	16 630	20	5 345 709	6 055 385
Melgaço	9 187	18	5 860 012	6 099 222
Monção	19 210	33	6 965 879	7 549 405
Paredes de Coura	9 251	21	5 972 817	6 154 658
Ponte da Barca	12 027	25	5 311 765	5 604 526
Ponte de Lima	43 594	51	10 540 736	11 946 979
Valença	14 129	16	4 954 950	5 404 571
Viana do Castelo	88 767	40	10 455 050	14 537 460
Vila Nova de Cerveira	9 297	15	5 523 362	5 825 173



Do quadro supra resulta claramente que Caminha tem quase o dobro da população de Melgaço, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira, para além de ter dois "centros urbanos", e recebe menos ou sensivelmente o mesmo em termos de transferências do Orçamento de Estado, o que é incompreensível.



Se fizermos o exercício de dividir a receita do FEF por habitante temos: Caminha: 321,45 €/hab/ano e Cerveira 594,10€/hab/ano. Se considerarmos a receita total das transferências do estado, temos: Caminha: 364,12€/hab/ano e Cerveira: 626,56€/hab/ano.

Ou seja, os habitantes de Caminha, pelo menos desde 2007, estão a ser efetivamente prejudicados em montantes que atingem cerca de 3 milhões por ano, o que totaliza, nestes 5 anos, uma quantia de mais de 15 milhões de euros, por isso iremos lutar pela transferência de verbas a que o nosso Município tem direito, no âmbito de uma revisão da Lei das Finanças Locais.

Mas não podemos esquecer também a pesada herança deixada pela gestão do Partido Socialista, consubstanciada no contrato assinado no ano de 2000 com a Empresa Aguas do Minho e Lima, pertencente ao Grupo Águas de Portugal, na altura tutelado pelo então Secretário de Estado do Ambiente, José Sócrates. Nesse contrato ficou acordado que os dez municípios do Alto Minho (Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira) passariam a integrar, num período de 2 anos, o Sistema Multimunicipal de Água e Saneamento do Minho Lima. Acontece, porém, que em 2004 só Caminha e Viana do Castelo (em saneamento) tinham integrado o dito Sistema.

Os demais Municípios aderiram ao sistema apenas a partir de 2009, mas já com a nova empresa Águas do Noroeste, S.A., resultante da fusão das sociedades Águas do Cávado, S.A., Águas do Minho e Lima, S.A. e Águas do Ave, S.A. ou seja, durante os anos de funcionamento da empresa Águas do Minho e Lima, S.A., a não adesão dos 10 municípios implicou que fossem os Municípios de Caminha e Viana do Castelo a suportar as despesas inerentes ao funcionamento do Sistema Multimunicipal de Água e Saneamento do Minho Lima.

Mais ainda, o contrato estipulava que os Municípios entregariam à empresa as redes em alta e em baixa. Ora, o que aconteceu foi que, em 2004, o Município passou o dito sistema em alta para a AML e continuou a manter e suportar o funcionamento da rede em baixa. E é aqui que se agravam os problemas. A rede em alta, estando já construída, como era o caso do concelho de Caminha, não obrigava à realização de novos investimentos. Ao contrário da rede em baixa, que não estando totalmente construída, obrigava à realização de fortes investimentos por parte do município para dotar o concelho de uma rede de água e saneamento eficaz.

Se repararmos nos últimos 10 anos, o Município já investiu em melhorias na rede em baixa mais de 6 milhões de euros em novas redes de água e saneamento, nas Freguesias de Venade, Cristelo, Vilarelho, Lanhelas, Seixas, Vilar de Mouros, Moledo, Vila Praia de Âncora, Vile e Riba de Âncora, sem esquecer outras intervenções distribuídas por outras freguesias do concelho. O sistema em baixa obriga ainda a um maior esforço financeiro para a sua manutenção, seja pela necessidade de pessoal afeto ao serviço, seja pela parte administrativa necessária para notificar mensalmente, por correio, cerca de 14.000 utilizadores.



Para além disto, importa referir que a AML cobrou ao Município todos os desperdícios ou ineficiências da rede. Por exemplo, no caso do saneamento, as águas das chuvas que entram no Sistema e chegam à ETAR são cobradas ao Município como sendo águas residuais, ou seja, saneamento. Acrescem aqui as perdas com ruturas no sistema de abastecimento de Água, que o município paga como se fosse água fornecida aos munícipes. A estes valores, cobrados ao Município, acrescem os sistemas de regas e as águas fornecidas para as Juntas de Freguesias, Escolas, etc., que não são cobradas pelo Município mas que a AML cobra ao Município.

Por tudo o que já foi dito se percebe que o Município de Caminha saiu bastante prejudicado pelo acordo efetuado em 2000. E a acrescer a isso, ainda se verificou que o executivo Socialista da altura arrecadou, como contrapartida pela cedência das infraestruturas em alta, cerca de 3 milhões de euros, dos quais apenas deixou como saldo de gerência o valor de 1.446.641.46 €, mas deixou dividas a fornecedores no montante de 285.261.79 € e em empréstimos bancários o montante de 783.935.71 € ou seja, o saldo de gerência seria apenas de 377.443.95 €.

No entanto, e considerando que este Sistema seria, como foi prometido na altura, para garantir maior sustentabilidade e segurança no abastecimento da água e saneamento, continuamos a efetuar os ajustes necessários para garantir a qualidade do serviço e o bem-estar dos munícipes.

O problema foi que o contrato impôs à Câmara uma tarifa muito mais alta do que aquela que o Município cobrava aos munícipes. Ou seja, os munícipes teriam que começar a pagar muito mais, pelo mesmo serviço que o Município antes efetuava. Em números, a Câmara cobrava uma tarifa média de 0,35 euros por metro cúbico aos munícipes, enquanto a AML cobrava cerca de 0,60 euros por metro cúbico.

O valor da tarifa cobrada ao Município seria menor, como já foi acima referido, se todos os municípios tivessem integrado o Sistema. Prova disto é que, com a fusão das empresas e a criação da Águas do Noroeste, S.A., a tarifa média cobrada ao município baixou de 0,60 euros para 0,48 euros. Ou seja, com a inclusão de mais Municípios no sistema, a tarifa média baixou para todos.

Assim, caso acatássemos o valor cobrado pela empresa, seriam os Munícipes de Caminha a suportarem o incumprimento do referido acordo. Ou seja, para os caminhenses a água seria mais cara pelo facto de sermos cumpridores. *Ora, a Câmara não aceitou esta injustiça e considerou que os caminhenses não deviam ser prejudicados em relação aos demais munícipes dos outros concelhos e não deviam pagar pelos erros do passado.*

Por isso, o Município decidiu suportar o montante correspondente ao valor cobrado aos Munícipes.

Relembramos que o Município não atualizava as tarifas desde 2004. Na verdade, o Município suportou um deficit avultado ao longo de vários anos, em benefício dos



munícipes do concelho. Não obstante os ajustamentos feitos em 2010 e 2011, as tarifas médias aplicada aos Munícipes de Caminha ainda são relativamente inferiores às tarifas dos Municípios vizinhos, nomeadamente Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Se atendermos a que a maioria dos Município do Distrito de Viana do Castelo só aderiu ao Sistema quando a tarifa reduziu para 0,4832, a partir de Junho de 2010, e que ainda assim fizeram atualizações superiores às nossas, rapidamente percebemos que nestes casos o dinheiro recebido ficou nos cofres dos municípios e no nosso caso era entregue à Empresa.

E foi por isso que o município de Caminha recorreu ao PAEL, como a maioria dos municípios do país e todos os municípios do Distrito de Viana, com exceção de Ponte de Lima, o que revela o equilíbrio das contas municipais e o rigor na gestão autárquica ao longo de mais de 10 anos, não obstante os cortes drásticos nos limites de endividamento e no recurso ao crédito, que impediram inclusive que o município utilizasse empréstimos aprovados pelos órgãos municipais e visados pelo Tribunal de Contas, na ordem de cerca de 3 milhões de euros e que se destinavam exclusivamente a garantir a contrapartida nacional de obras candidatadas.

Mas o recurso ao PAEL não é, ao contrário do que dizem alguns menos esclarecidos, *um resgate financeiro à Câmara de Caminha.* O PAEL é um instrumento disponibilizado pelo Governo para financiar os municípios e permitir-lhes encurtar o prazo médio de pagamento das dívidas. E a Câmara de Caminha apenas candidatou ao PAEL parte da dívida das Águas do Minho e Lima/Águas do Noroeste, únicas faturas em atraso anteriores a Dezembro de 2011. Ou seja, o município só candidatou ao empréstimo PAEL uma dívida resultante de uma pesada herança do Partido Socialista, dívida essa que se acumulou durante anos porque este executivo decidiu aliviar os munícipes, não fazendo incidir sobre eles as tarifas praticadas pela AML, a qual contestou em tribunal, assim suportando um deficit anual de cerca de 1 milhão de euros desde 2004, o que totaliza um montante global de 8 milhões de euros. Ainda assim, voltamos a referir, caso as verbas entregues pela Empresa em 2000 e 2001, no montante de cerca de 3 milhões de euros não tivessem sido utilizadas, agora poderíamos ter feito a compensação da tarifa e não teríamos de recorrer ao PAEL.

Mas se essa foi a realidade herdada, o Município de Caminha iniciou em 2002 uma forte aposta no Investimento, cuja descrição pormenorizada deixaremos para a apresentação de contas de 2012, mas apenas a titulo meramente elucidativo se refere que, nestes 11 anos, o *PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO AUMENTOU MAIS DE 50 MILHÕES DE EUROS*. Podíamos ter investido menos, é verdade, mas não é possível esconder esta realidade, só quem quiser "tapar o sol com uma peneira".

Mesmo sabendo que as dificuldades para 2013 estão a ser sentidas pelas famílias, pelas empresas e pelas autarquias, a elaboração dos documentos previsionais de gestão para 2013, não considerou investimentos com recurso ao crédito e, pelo contrário, procurou criar condições



para concluir os projetos previstos no plano sufragado pelos munícipes para o mandato 2009/2013.

Por outro lado, em jeito de balanço de mandato, importa realçar um conjunto de <u>obras</u> <u>públicas concluídas em 2010 e 2011 e outras já iniciadas em 2012</u>, que permitiram estimular a atividade económica do Concelho e proporcionar qualidade de vida aos nossos concidadãos, cujo investimento ronda os 13 milhões de euros, a saber:

- Terrenos e Projeto das Piscinas Municipais VP Ancora:
- Requalificação da Av. S. João Caminha
- Jardim de Infância VP Ancora
- Estádio Municipal Morber Caminha
- · Quartel dos Bombeiros Caminha
- Rede de saneamento Cristelo
- Quartel dos Bombeiros VP Ancora
- Pavilhão Municipal Caminha
- Pavilhão Municipal -VP Ancora
- Polidesportivo Vilar de Mouros
- Polidesportivo em Riba de Ancora
- Caminho das Margidas Gondar
- Plano de Praia 2A Ancora (gelfa)
- Edifício de apoio ao Parques R. Pereira -V P Ancora
- Requalificação da Av. Padre Pinheiro Caminha
- Reconstrução do Cineteatro Valadares Caminha
- Requalificação da Rua da Barrosa/Rua do Paraíso VP Ancora
- Rede de Saneamento da Ribeira das Preces Moledo
- Rede de Saneamento da zona sul de VPA, de Vile e de Riba de Ancora
- Requalificação do edifício dos Paços do Concelho
- Recuperação do edifício ex-GNR de Caminha Academia Musica Fernandes Fão
- Intervenção Cemitério de Caminha
- Requalificação da Estrada da Cavada Vilar Mouros
- Travessia de infraestruturas na EN 13
- Requalificação Escola Primária Vile
- Requalificação Escola Primária Arga de Baixo
- Rampa de Peões de acesso passagem superior da Sobreira VP Ancora

2 Estatuto da Oposição

De acordo com a Lei n.º 24/98 de 26 de Maio foi apresentado aos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal a proposta de GOP e ORÇAMENTO 2013, dando-se assim cumprimento ao Estatuto da Oposição;



3 Serviços Gerais da Administração Pública

3.1 INICIATIVAS MAIS RELEVANTES EXECUTADAS OU EM CURSO

ESPAÇO DE ATENDIMENTO AOS MUNÍCIPES: Em 2012 foi possível proceder a uma alteração profunda dos espaços de atendimento aos munícipes existentes em Caminha, adaptando os espaços existentes, aproximando a tesouraria do atendimento, prevendo-se para 2013 a disponibilização de mais serviços simplificados, nomeadamente o licenciamento zero e a entrada de processos de obras apenas em formato digital, pelo que haverá um grande investimento em software e hardware.

EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO: Foi possível adequar os espaços do rés-do-chão e do 1º andar a novas funcionalidades, designadamente para Posto de Turismo, espaço de exposição permanente das réplicas de monumentos do concelho, da autoria do Sr. Augusto Estima, bem como tornar visitável o Salão Nobre e permitir ainda dispor de um novo espaço para acolher as Sessões das Assembleias Municipais e outros eventos culturais. Para 2013 espera-se poder concluir a recuperação exterior e a cobertura do edifício, bem como equipar a sala de sessões com equipamentos de gravação e reprodução de som e imagem. Esta recuperação foi executada, na sua generalidade, pelos trabalhadores da Câmara Municipal.

EDIFÍCIO DA ANTIGA GNR E GRUPO JUVENIL: Neste ano foi iniciada a recuperação de parte do edifício da GNR e da totalidade do edifício do grupo juvenil de forma a adequar a sua utilização à pretensão da Academia de Musica Fernandes Fão. O objetivo é criar ali um polo daquela Escola de Música, o que muito vai beneficiar os pais e os praticantes, pois permite-lhes poupar nos custos de deslocações. Esta recuperação está também a ser levada a cabo pelos trabalhadores do Município e ficará concluída nos primeiros meses de 2013.

EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL DE VILA PRAIA DE ÂNCORA: Em 2012, os trabalhadores dos estaleiros municipais de Vila Praia de Ancora aceitaram o desafio de recuperar o mercado e, por isso, os trabalhos estão a decorrer, prevendo-se que fiquem concluídos nos primeiros meses de 2013. Aqueles trabalhos visam também criar um espaço destinado a apoio social, através da criação de um serviço de recolha e distribuição de artigos utilitários e de bens. O apartamento ali existente vai também ser recuperado de forma a poder ser utilizado por famílias carenciadas, referenciadas pelos Serviços da Acão Social do Município.

EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL DE CAMINHA: Este edifício também vai sofrer beneficiações ao longo de 2013 em resultado de uma avaliação que está a ser feita internamente, devendo tais obras serem executadas, na sua maioria, pelos trabalhadores do Município

CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES DE CAMINHA: Foi elaborado um estudo de aproveitamento dos espaços que vai permitir a cedência à Junta de Freguesia de Vilarelho e ainda a possibilidade de poder ser utilizado por outras instituições que venham a solicitar a sua utilização e que mereçam a concordância da Junta de Freguesia. Esta intervenção será também executada pelos nossos trabalhadores, com a exceção dos trabalhos de caixilharia.



Modernização Administrativa: destaca-se a continuação da implementação de novas tecnologias, designadamente a disponibilização de serviços on-line e a utilização de Sistemas de Informação Geográfica, bem como a adesão ao Simplex Autárquico com vista a implementação do Licenciamento Zero, medida que entrará em vigor em Maio 2013

4 Funções Sociais

4.1 EDUCAÇÃO

Este é um sector fundamental para o atual executivo e, por isso, o Município manteve para 2012/2013 a oferta dos Manuais Escolares, a disponibilização de formação em TIC's e as demais atividades de enriquecimento curricular, para além de continuar a assegurar os protocolos de autonomia financeira dos Agrupamentos e as parcerias com as Juntas e as Associações para o fornecimento de transportes e refeições escolares.

A entrada em funcionamento do Centro Escolar de Dem, do Centro Escolar de Vilar de Mouros e, mais recentemente, no ano letivo 2011/2012, do Jardim de Infância de Vila Praia de Ancora veio dotar o Concelho de mais e melhores condições para os nossos alunos.

Para 2013 estaremos atentos às dificuldades dos alunos e dos professores e continuaremos a apoiar os planos de atividades das escolas, quer em visitas de estudo quer em atividades curriculares e de desporto.

Os gastos na Educação são encarados pelo executivo não como despesa mas como um investimento na formação dos "homens e mulheres de amanhã", assim se justificando o montante de *cerca de 1 milhão de euros* disponibilizados para esta área.

4.2 SAÚDE E ACÃO SOCIAL

Tal como já foi referido anteriormente, o atual contexto de grave crise implica uma outra abordagem e um novo paradigma na política autárquica. O executivo está atento a esta situação e tem direcionado a sua atenção e a sua preocupação para as pessoas.

Isso mesmo está refletido neste documento, que revela que "as pessoas" estão em primeiro lugar, daí as inúmeras iniciativas de apoio às famílias carenciadas que o município tem criado nos últimos anos e que mantém e reforça para o próximo, como por exemplo:

- O apoio à natalidade;
- O apoio em bolsas de estudo para estudantes do ensino superior;
- A redução ou isenção dos tarifários da água;
- O projeto Caminhasolidária, que prevê a comparticipação nas rendas de habitação, despesas de saúde, etc..;
- O cartão 65+, que prevê um conjunto de benefícios aos seus utilizadores;
- O projeto Caminhamiga, que prevê apoio domiciliário através de pequenas reparações em habitações identificadas pelos serviços sociais do Município;



- O projeto Caminhabita, que prevê reparações em habitações degradadas de agregados familiares com dificuldades económicas, até um montante máximo de 30 mil euros por habitação;
- Etc.

A Segurança, a Higiene e a Medicina no trabalho são outras áreas que têm merecido atenção por parte do Município, adotando-se um conjunto de medidas com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e garantir o nível de higiene e segurança, introduzindo também a medicina no trabalho.

4.3 CULTURA

A estratégia da programação cultural do concelho tem sido, essencialmente, a aposta em eventos de referência que potenciam a dinamização da economia local e constituem verdadeiros polos de atracão turística, como é o caso da *FEIRA MEDIEVAL*, da *FESTA DO MAR E DA SARDINHA*, do *CAMINHADOCE*, do *FESTIVAL "PRATA DA CASA*", da ARTE *NA LEIRA*, do *FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE*, da *FEIRA DO LIVRO*, entre outros. O Município de Caminha está solidário com as dificuldades dos empresários do Concelho e com estes eventos demonstra que os quer ajudar.

Mas convém destacar aqui também o apoio incondicional que tem sido prestado às Comissões de Festas, às Associações Culturais e aos artistas e músicos do Concelho.

A recuperação do *CINE-TEATRO VALADARES*, mais do que a conclusão de um projeto tão pretendido pela população, constituirá a devolução aos Caminhenses de um espaço lúdico e de convívio que faz parte do seu imaginário e que vai permitir uma nova oferta cultural que muito honrará Caminha e as suas gentes. Importa recordar o esforço financeiro da Câmara na aquisição do edifício, cerca de 300 mil euros, e o avultado investimento (cerca de 1 milhão e cem mil euros) na recuperação do edifício e na obtenção do equipamento necessário ao seu normal funcionamento como a futura "casa de espetáculos" de Caminha.

Não podemos esquecer, também, que o Município comprou a *Casa Ventura Terra* para garantir que, atento o passado e a personalidade histórica que o seu anterior proprietário representa na história de Caminha, possa passar a constituir uma nova aposta cultural. Acreditamos que serão encontrados apoios financeiros e parcerias que permitam recuperar todo o imóvel e que o mesmo passe a fazer parte do roteiro de edifícios com valor cultural.

É claro que gostaríamos de concluir também a recuperação do edifício onde viveu *Sidónio Pais* mas, mesmo que isso não venha a ser possível, pelo menos já foram dados passos importantes para a sua concretização, primeiro com a aquisição do imóvel, depois com a elaboração de um projeto de interesse arquitetónico, face ao prestígio do seu autor, o Arq. Nuno Brandão Costa e, finalmente, com a celebração de um protocolo de cooperação com o Museu da Presidência, que dá garantias de qualidade nas exposições. Aguardamos agora, no novo quadro comunitário, a oportunidade de uma candidatura e financiamento.



A recente recuperação da **Torre do Relógio**, de uma boa parte da zona envolvente das **Muralhas**, da **Igreja Matriz** e do **Forte do Cão**, são exemplos concretos da revitalização do património da área do município que representam um forte contributo para a dinamização do turismo cultural, religioso e histórico.

Temos a ambição de conseguir manter os apoios comunitários para a recuperação do **Mosteiro de S. João D'Arga** e ainda para a concretização do projeto de ampliação da **Biblioteca Municipal**.

O ano de 2013 será, por isso, um ano de muito esforço para dar mais passos importantes na defesa e valorização do nosso património.

4.4 DESPORTO

Caminha deu um grande salto qualitativo e quantitativo no que toca aos equipamentos desportivos, pois não tinha nenhum campo de futebol relvado e agora tem três sintéticos, o que representou um investimento de *mais de 1 milhão e meio de euros*. Mas, para além do grande esforço financeiro e logístico da Câmara, é de louvar o empenho e a dedicação das direções do Ancora Praia Futebol Clube e do Centro Cultural e Desportivo Ancorense na concretização dos projetos de arrelvamento dos seus campos pelados, sem esquecer a dedicação dos dirigentes dos restantes clubes do Concelho existentes nas Freguesias de Venade, de Gondar, de Lanhelas, de Caminha e de Moledo, na dinamização da prática futebolística e na formação dos jovens do concelho.

A requalificação do *Estádio Municipal Morber* foi mais um exemplo do bom aproveitamento dos fundos comunitários que tem caracterizado os mandatos deste executivo e é inegável que, hoje, os atletas podem deliciar-se a jogar futebol num dos bons relvados sintéticos do país.

Mas o investimento nos equipamentos desportivos não ficou por aqui. Caminha deixou por isso de ser um parente pobre do distrito na oferta de equipamentos desportivos para passar a equiparar-se aos melhores. As obras de requalificação dos *Pavilhões Desportivos Municipais* de Caminha e de Vila Praia de Âncora, a recuperação dos *Polidesportivos de Vilar de Mouros e Riba de Âncora* e a construção das *PISCINAS MUNICIPAIS* constituem apostas claras na promoção da atividade física e desportiva dos munícipes e uma vontade inabalável deste executivo em transformar um sonho de muitos anos numa realidade palpável e "mergulhável".

É importante recordar que, para a concretização daquele sonho, o município investiu, só na aquisição dos terrenos e projeto, mais de 1 milhão e duzentos mil euros.

O projeto foi submetido pela Câmara a duas candidaturas para obtenção de fundos comunitários, mas foram ambas recusadas. Posteriormente, a Câmara procurou recorrer ao crédito para assegurar os meios financeiros que lhe permitissem executar a obra, mas mais uma vez viu afastada essa possibilidade devido aos limites impostos ao financiamento das autarquias. Foi neste cenário de constantes recusas e de dificuldades que o município lançou mão de um



instrumento perfeitamente legal e usado frequentemente pelo Estado, denominado Parceria Público Privada.

Esta solução de financiamento foi o recurso encontrado para conseguir executar e oferecer aos munícipes esta ansiada obra tantas vezes prometida e nunca cumprida.

Uma vez que esta foi a única solução disponível para construir as Piscinas, o executivo procurou garantir que o próprio equipamento fosse de tal dimensão que garantisse a sua sustentabilidade ou, pelo menos, que constituísse ele próprio fontes de receita alternativa. Assim, as Piscinas Municipais integram-se num complexo que é um verdadeiro centro de negócios, com lojas comerciais, um ginásio, agora adaptado para valência de fisioterapia do Hospital Particular de Viana do Castelo, 2 salas de ginástica de grupo, uma sala de squash, um campo de ténis e espaços livres para lojas amovíveis, para além das piscinas propriamente ditas, que incluem 3 pistas de 50 metros, o que permite inclusive treinos olímpicos.

Em 2013 o município pretende ainda continuar a apoiar os Clubes do concelho e as atividades desportivas e culturais dos agrupamentos de escolas, concluir alguns dos projetos referidos e torná-los operacionais, apostando na sua divulgação e na promoção de eventos de natureza desportiva que possam ter um contributo na economia local, como *a Prova Internacional de corta mato designada "Trail da Serra D'Arga"*, que se revelou um fenómeno e um sucesso agregador do desporto, mas foi também muito importante pela divulgação turística do nosso concelho.

5 Funções Territoriais

5.1 PLANOS ESTRATÉGICOS DE ORDENAMENTO

É objetivo deste executivo concluir a revisão do Plano Diretor Municipal, que sofreu vicissitudes várias nos últimos anos, na sequência de alterações legislativas que criaram entropias no processo.

Não obstante estas dificuldades legislativas que nos transcendem, o trabalho foi-se desenvolvendo tendo sido possível já reunir com todas as juntas de freguesia num procedimento que embora informal é importante para o envolvimento de todos os agentes, transformando este processo num fórum de discussão mais divulgado e aberto à participação da nossa população.

Para concluir todo o trabalho de elaboração da proposta foi reforçada a equipa interna do Município, pelo que se acredita que o processo de revisão, em todas as suas fases, poderá ser concluído em 2013.

Outro dos objetivos para o próximo ano é concretizar a elaboração do *Plano Estratégico do Concelho*, um documento que irá definir as grandes linhas de orientação de Caminha numa perspetiva de futuro.



5.2 CANDIDATURAS A FUNDOS COMUNITÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE NOVAS OBRAS PÚBLICAS

O município tem desenvolvido todos os esforços para que um conjunto de obras públicas possam ser concretizadas, podendo ser em parceria ou por responsabilidade direta, por isso temos ainda, *em fase de candidatura*, *os seguintes projetos:*

- Casa Museu Sidónio Pais Caminha
- o Ampliação da Biblioteca Caminha
- Mosteiro de S. João D'Arga
- Polis Litoral Norte: Os projetos que foram enquadrados no âmbito da Polis sofreram alguns atrasos, que já são do conhecimento da maioria dos Munícipes, na sequência da decisão da Exma. Senhora Ministra do Ambiente de suspender o programa, mas face à reunião do dia 8 de Outubro de 2012, esperam-se novos desenvolvimentos. Com efeito, dessa reunião resultou a clarificação de aspetos essenciais ao funcionamento da sociedade, nomeadamente a definição de que o capital social só será realizado pelos municípios na medida em que forem executados os investimentos previstos para o seu território.

A manutenção do programa Polis permitirá concluir alguns projetos na área ambiental e paisagística que muito contribuirão para a imagem do Concelho, procurando-se consolidar a imagem de que "É BOM VIVER EM CAMINHA!".

6 Funções Económicas

Em 2013 o município vai continuar a organizar um conjunto de eventos que promovem a dinamização da economia local, para além dos referidos no ponto 4.3, tais como a *Festa da Flor*; os *Feirões quinzenais*; a *Feira Franca Mensal* no 1º domingo de cada mês; o *Mercado da Torre (velharias)*, no 3º domingo de cada mês; a *Mostra de Artesanato Local*, quinzenalmente, etc.

No âmbito do apoio aos Empresários foi criado o projeto FINICIA, que resulta de uma parceria com o IAPMEI, a Caixa de Crédito Agrícola e a AEVC, de forma a apoiar projetos de toda a natureza, até ao montante de 45.000€. O Município já disponibilizou 50.000€, afetando-os em Fundos Disponíveis, e garantindo a sua disponibilização logo que as candidaturas sejam aprovadas. De salientar que este projeto já deu os "primeiros frutos" e o Hotel Meira foi o primeiro a ver aprovada a sua candidatura.

Também foram criados o Gabinete de Apoio ao Empresário e o Gabinete de Apoio aos Agricultores.

Foram criadas e disponibilizadas as "Hortas Urbanas", que permitiram a muitos jovens o regresso à agricultura, foi dinamizado o ProveCaminha e incentivada a produção de produtos tradicionais, propondo-se o executivo promover a certificação dos produtos locais.



7 Outras Funções

7.1 Transferência entre Administrações

O município de Caminha tem intenção de continuar a estabelecer Protocolos e parcerias com várias entidades com vista à prossecução de objetivos de interesse comum. O maior exemplo disto são os Protocolos e as transferências para as Juntas de Freguesia, o que é sintomático da importância que o executivo dá às freguesias do concelho e aos serviços de proximidade com a sua população.

Mas também merecem destaque as parcerias com as Associações culturais, desportivas e recreativas, com os Agrupamentos de Escolas, com a CIM, entre outros.

7.2 PACTO DE AUTARCAS

O Município de Caminha, assim como os restantes Municípios do Alto Minho, aceitaram o repto lançado pela União Europeia e a 17.12.2010, aderiram ao Pacto de Autarcas. Deste acordo resultam compromissos de redução do CO2 em pelo menos 20% até 2020, tendo sido aprovado um Plano de Acão para as Energias Sustentáveis que prevê uma série de atividades com vista à prossecução do objetivo referido.



Conclusões

Tal como já foi referido, o atual contexto de crise tem afetado de maneira considerável a vida das pessoas, reduzindo os seus rendimentos, reduzindo o poder de compra e provocando o desemprego de várias famílias, o que não pode deixar indiferente o executivo municipal e obriga mesmo a reconsiderar toda forma de fazer política.

Com efeito, já não faz sentido apostar em grandes obras, em recuperar monumentos, em construir "elefantes brancos", quando as pessoas passam imensas dificuldades para comprar os livros escolares, quando as despesas da universidade dos filhos pesam no orçamento familiar, quando os idosos e reformados não conseguem consertar as suas casas, etc.

Encontramo-nos perante um novo paradigma na gestão municipal e este executivo já deu e pretende continuar a dar sinais claros de que a sua preocupação são "as pessoas".

Exemplos disso são os projetos <u>Caminha Amiga</u> e <u>Caminha Solidária</u>, bem como a reposição em 2013 dos apoios à natalidade. Será criada a primeira loja social do concelho e estaremos atentos à evolução da realidade social.

É também nesta perspetiva de preocupação com as pessoas que este executivo não desistiu de aproveitar convenientemente os fundos comunitários para concretizar um conjunto de obras de relevo para o concelho.

O elevado profissionalismo dos funcionários do Município tem incentivado a Câmara a recorrer cada vez com mais frequência à mão-de-obra dos seus trabalhadores para requalificar imóveis e disponibilizá-los à população.

Também numa ótica de redução de despesa, gostaríamos de destacar a criação de uma "Equipa de técnicos para implementação de medidas de eficiência" que visa combater os desperdícios, na área da redução energética e das perdas de água.

Não podemos deixar passar a ocasião para fazer um agradecimento especial e merecido aos trabalhadores do município, pelo seu empenho e dedicação e pelo seu excelente trabalho em prol dos munícipes.

Quem nos merece também uma palavra de reconhecimento e gratidão são os Presidentes de Junta de Freguesia, pelo seu abnegado esforço e devoção à "causa pública" e pelo facto de terem sido verdadeiros parceiros do município na concretização do objetivo de melhorar a qualidade de vida dos Caminhenses.

Finalmente, queremos salientar que este executivo continuará a fazer o seu melhor para assegurar superiores condições de vida aos seus munícipes, procurando resolver os problemas das pessoas e apoia-las nas situações de maior dificuldade, e para isso estará atento ao



próximo *Quadro Comunitário de Apoio* com vista à obtenção dos cofinanciamentos adequados à concretização dos objetivos propostos.

Caminha, 5 de Novembro de 2012 A Presidente,

(Júlia Paula Costa, Dr.a)



Orçamento

O Orçamento que neste documento se integra, apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas, de acordo com o quadro e códigos de contas descritos no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro. Resumidamente, as receitas e as despesas distribuem-se pelas seguintes naturezas:

Natureza	Receita	Despesa
Corrente	16.378.628,00 €	15.071.350,00 €
Capital	7.275.142,00 €	8.582.420,00 €
Totais	23.653.770,00 €	23.653.770,00 €



Orçamento das Receitas

RECEITAS CORRENTES			
01. Impostos Diretos	4.333.000,00€		
02. Impostos Indiretos	129.000,00€		
04. Taxas, multas e outras penalidades	290.000,00 €		
05. Rendimentos de propriedade	1.065.000,00€		
06. Transferências correntes	6.044.578,00 €		
07. Venda de bens e prestações serviços correntes	3.967.050,00€		
08. Outras receitas correntes	550.000,00€		
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	16.378.628,00 €		

RECEITAS DE CAPITAL			
09. Venda de bens de investimento	2.060.000,00€		
10. Transferências de capital	4.589.142,00€		
112 Passivos Financeiros	620.000,00€		
13. Outras Receitas de Capital	6.000,00€		
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	7.275.142,00 €		



Receitas Correntes

As receitas correntes, no valor de 16.3783628,00 €, distribuem-se pelas seguintes classificações:

RECEITAS	Montante
Impostos Diretos	4.333.000,00€
Impostos Indiretos	129.000,00 €
Taxas, multas e outras penalidades	290.000,00€
Rendimentos de propriedade	1.065.000,00€
Transferências correntes	6.044.578,00 €
Venda de bens e prestações serviços correntes	3.967.050,00 €
Outras receitas correntes	550.000,00€
TOTAL	16.378.628,00 €





Receitas de Capital

As receitas de capital, no valor de 7.275.142,00 € resultam das seguintes rubricas:

RECEITAS	Montante
Venda de bens de investimento	2.060.000,00€
Transferências de capital	4.589.142,00 €
Passivos Financeiros	620.000,00 €
Outras Receitas de Capital	6.000,00 €
Total	16.378.628,00 €





Orçamento das Despesas

DESPESAS CORRENTES			
01. Despesas com o Pessoal	4.920.850,00€		
02. Aquisição de Bens e Serviço	8.723.450,00€		
03. Juros e Outros Encargos	375.050,00 €		
04. Transferências Correntes	981.000,00€		
06. Outras Transferências Correntes	71.000,00€		
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	15.071.350,00€		

DESPESAS DE CAPITAL			
07. Aquisição de bens de Capital	6.515.420,00€		
08. Transferências de capital	830.000,00€		
09. Ativos Financeiros	500.000,00€		
10. Passivos Financeiros	725.000,00 €		
11. Outras Despesas de Capital	12.000,00€		
Total das Despesas de Capital	8.582.420,00€		

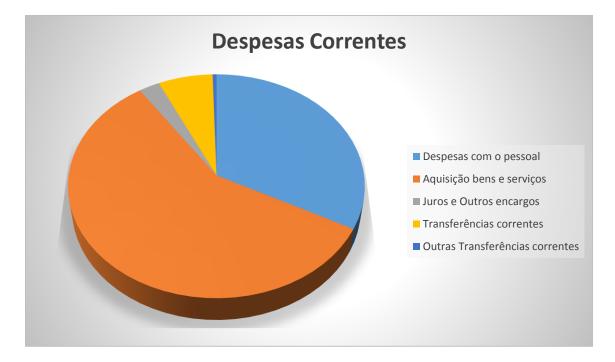
Total das Despesas	23.653.770,00€
--------------------	----------------



Despesas Correntes

A previsão das despesas correntes aponta para o montante de 15.071.350,00 € distribuídos da seguinte forma:

Despesas Montante	
Despesas com o pessoal	4.920.850,00 €
Aquisição bens e serviços	8.723.450,00 €
Juros e Outros encargos	375.050,00 €
Transferências correntes	981.000,00 €
Outras Transferências correntes	71.000,00 €
TOTAL	15.071.350,00 €





Despesas de Capital

As despesas de capital, no valor de 8.582.420,00 € têm a seguinte estrutura:

DESPESAS MONTANTE	
Aquisição de bens de capital	6.515.420,00 €
Transferências de capital	830.000,00 €
Ativos Financeiros	500.000,00 €
Passivos Financeiros	725.000,00 €
Outras Despesas de Capital	12.000,00 €
TOTAL	8.582.420,00 €



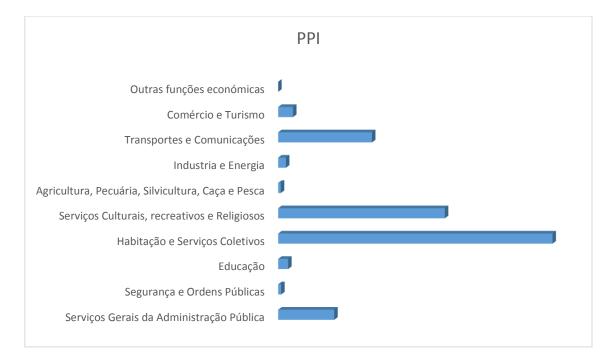


Grandes Opções do Plano (GOP)

Plano Plurianual de Investimento (PPI)

O PPI identifica os objetivos e as intervenções estratégicas de médio prazo e abrange apenas as despesas a realizar por investimentos, quer seja de empreitadas, fornecimentos ou obras por administração direta.

INVESTIMENTOS	MONTANTE
Serviços Gerais da Administração Pública	579.370,00 €
Segurança e Ordens Públicas	31.000,00 €
Educação	103.000,00€
Habitação e Serviços Coletivos	2.847.000,00€
Serviços Culturais, recreativos e Religiosos	1.724.150,00 €
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	27.000,00 €
Indústria e Energia	80.000,00€
Transportes e Comunicações	970.400,00 €
Comércio e Turismo	153.500,00 €
Outras funções económicas	0,00 €
TOTAL	6.515.420,00€



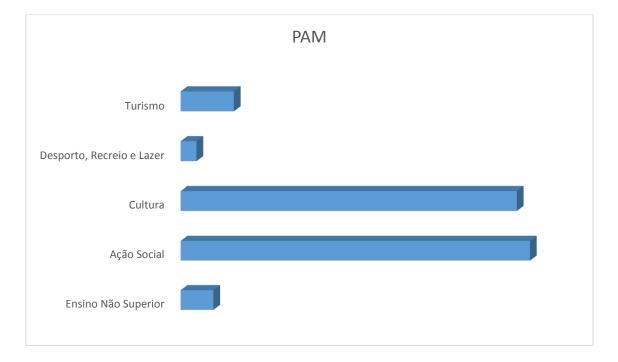


Grandes Opções do Plano (GOP)

Plano de Atividades Municipais (PAM)

O Plano de Atividades Municipais incide-se nas funções sociais e económicas, nomeadamente: Ensino Não Superior, Ação Social, Cultura, Desporto, Recreio e Lazer e Turismo.

ATIVIDADES	MONTANTE
Ensino Não Superior	25.820,00 €
Ação Social	276.200,00 €
Cultura	265.750,00 €
Desporto, Recreio e Lazer	12.500,00 €
Turismo	42.000,00 €
Total	622.270,00 €



GOP E ORÇAMENTO



GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

Exercício 2013



RESUMO DO ORÇAMENTO

	ENTIDA	DE	
MU	NICIPIO DE	CAMINHA	

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2013

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes De capital Outras Receitas	16.378.628,00 7.275.142,00	Correntes De capital Outras Despesas	15.071.350,00 8.582.420,00
Total	23.653.770,00	Total	23.653.770,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	23.653.770,00	Total Geral	23.653.770,00

Em de	de	Em de	de



ENTIDADE		APROVACOES :
CMC	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	Executivo// Deliberativo//

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2013

RECEITAS	MONTANTE	010
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	4.333.000,00	18.3
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	129.000,00	0.5
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL		
DE APOSENTAÇÕES E A ADSE		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	290.000,00	
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.065.000,00	
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.044.578,00	
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.967.050,00	
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,00	2.3
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	16.378.628,00	69.2
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	2.060.000,00	8.7
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.589.142,00	19.4
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS	620.000,00	2.6
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	6.000,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	7.275.142,00	30.8
TOTAL GERAL	23.653.770,00	100.0

DESPESAS	MONTANTE	96
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	4.920.850,00	20.8
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.723.450,00	36.9
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	375.050,00	1.6
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	981.000,00	4.1
05 SUBSÍDIOS		
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.000,00	0.3
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	15.071.350,00	63.7
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.515.420,00	27.5
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	830.000,00	3.5
09 ACTIVOS FINANCEIROS	500.000,00	2.1
10 PASSIVOS FINANCEIROS	725.000,00	3.1
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	12.000,00	0.1
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	8.582.420,00	36.3
TOTAL GERAL	23.653.770,00	100.0



ENTIDADE

ORÇAMENTO DA RECEITA

DOTAÇÕES INICIAIS

DO ANO 2013

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	RECEITAS CORRENTES	16.378.628,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.333.000,00
01.02	Outros	4.333.000,00
01.02.02	Imposto municipal sobre imóveis	3.000.000,0
01.02.03	Imposto único de circulação	310.000,0
01.02.04	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	820.000,0
01.02.05	Derrama	200.000,0
01.02.07	Impostos abolidos	2.000,00
01.02.07.01	Contribuição autárquica	2.000,0
01.02.99	Impostos directos diversos	1.000,0
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	129.000,00
02.02	Outros	129.000,00
02.02.06	Impostos indirectos especificos das autarquias locais	129.000,00
02.02.06.01	Mercados e Feiras	2.000,0
02.02.06.02	Loteamento e Obras	85.000,0
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	20.000,0
02.02.06.05	Publicidade	7.000,0
02.02.06.99	Outros	15.000,00
02.02.06.99.02	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	2.000,0
02.02.06.99.99	Outros	13.000,0
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	290.000,00
04.01	Taxas	278.000,00
04.01.23	Taxas especificas das autarquias locais	278.000,00
04.01.23.01	Mercados e Feiras	150.000,0
04.01.23.02	Loteamento e Obras	70.000,0
04.01.23.03	Ocupação de Via Pública	35.000,00
04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma	1.000,0
04.01.23.99	Outras	22.000,00
04.01.23.99.01	Taxa depósito de depósito da ficha técnica da habitação	1.000,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	1.000,0
04.01.23.99.99	Outras	20.000,0
04.02	Multas e outras penalidades	12.000,00
04.02.01	Juros de mora	5.000,0
04.02.02	Juros compensatórios	2.000,0
04.02.04	Coimas e penalidades por contra-ordenações	1.000,00
04.02.99	Multas e penalidades diversas	4.000,00
04.02.99.01	Taxas de relaxe	2.000,0
04.02.99.02	Outras	2.000,0
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.065.000,00
05.02	Juros - Sociedades financeiras	85.000,00
05.02.01	Bancos e outras instituições financeiras	85.000,0
05.07	Dividendos e particip.lucros soc.e quase soc.não financeiras	5.000,00
05.07.03	Empresas privadas	5.000,00
05.10	Rendas	975.000,00
05.10.03	Habitações	2.000,00
05.10.04	Edificios	100.000,00
05.10.05	Bens de dominio publico	603.000,00
05.10.99	Outros	270.000,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.044.578,00
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	7.500,00
06.01.02	Privadas	7.500,00
06.03	Administração central	5.423.743,00
06.03.01	Estado	5.399.243,00
06.03.01.01	Fundo de Equilibrio Financeiro	4.276.567,0
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	196.312,0
06.03.01.03	Participação variável no IRS	513.364,0
06.03.01.99	Outras	413.000,0
06.03.06	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	24.500,00
	FEDER	



ENTIDADE

ORÇAMENTO DA RECEITA

DOTAÇÕES INICIAIS
DO ANO 2013

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
06.03.06.99	Outros	
06.09		5.000,
06.09.04	RESTO DO MUNDO	613.335,0
07	União Europeia - Paises membros	613.335,
07.01	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES Venda de bens	3.967.050,0
		1.505.700,0
07.01.03 07.01.08	Publicações e impressos Mercadorias	1.700,
07.01.08.01	Àqua	1.500.000,0
07.01.99	Outros	1.500.000,
07.02	Serviços	4.000,
07.02.01	Aluguer de espaços e equipamentos	2.461.350,0
07.02.03	Vistorias e ensaios	2.000,
07.02.08	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	250,
07.02.08.01	Serviços sociais	201.100,0
07.02.08.02	Serviços recreativos	100,
07.02.08.02.99	Outros	1.000,0
07.02.08.03	Serviços culturais	1.000,
07.02.08.03.99	Outros	50.000,0
07.02.08.04	Serviços desportivos	50.000,
07.02.09	Serviços específicos das autarquias	150.000,
07.02.09.01	Saneamento	2.252.000,0
07.02.09.02	Resíduos sólidos	1.000.000,
07.02.09.04	Trabalhos por conta de particulares	1.000.000,
07.02.09.05	Cemitérios	2.000,
07.02.09.06	Mercados e feiras	20.000,
07.02.09.07	Parques de Estacionamento	5.000,
07.02.09.99	Outros	150.000,
07.02.99	Outros	6.000,0
07.02.99.01	Encargos cobrança de receitas	1.000,
07.02.99.99	Outros	5.000,
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,0
08.01	outras	550.000,0
08.01.99	Outras	550.000,0
08.01.99.03	IVA reembolsado	300.000,
08.01.99.99	Diversas	250.000,
	RECEITAS DE CAPITAL	7.275.142,0
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	2.060.000,0
09.01	Terrenos	1.000.000,0
09.01.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.000.000,
09.03	EDIFÍCIOS	1.000.000,0
09.03.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.000.000,
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	60.000,0
09.04.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	60.000,0
09.04.01.01	Equipamento de transporte	20.000,
9.04.01.02	Maquinaria e equipamento	20.000,
09.04.01,03	Outros	20.000,
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.589.142,0
10.03	Administração central	4.589.142,0
.0.03.01	Estado	1.079.142,0
0.03.01.01	Fundo de Equilibrio Financeiro	1.069.142,
10.03.01.04	Cooperação técnica e financeira	5.000,
10.03.01.99	Outras	5.000,
0.03.07	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	3.510.000,0
0.03.07.01	FEDER	3.500.000,
.0.03.07.99	Outras	10.000,
.2	PASSIVOS FINANCEIROS	620.000,0
12.06	Empréstimos a médio e longo prazos	620.000,0
2.06.02	Sociedades financeiras	620.000,
.3	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	6.000,0



ENTIDADE	ORCAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS	200000000000000000000000000000000000000
MUNICIPIO DE CAMINHA	,	DO ANO 2013	

			PÁGINA : 3
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O		MONTANTE
13.01 13.01.99	Outras Outras		6.000,00 6.000,00
	Т	OTAL DAS RECEITAS	23.653.770,00
Em de	de	Em de	de



ENTIDADE

ORÇAMENTO DA DESPESA

MUNICIPIO DE CAMINHA

ORÇAMENTO DA DESPESA

DOTAÇÕES INICIAIS

DO ANO 2013

PÁGINA: 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
_	DESPESAS CORRENTES	15.071.350,0
1	DESPESAS COM O PESSOAL	4.920.850,0
1.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3.786.250,0
1.01.01	Titulares orgãos soberania e membros orgãos autárquicos	152.000,0
1.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	2.630.000,0
1.01.04.01	Pessoal em funções	2.050.000,
1.01.04.04	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	580.000,0
1.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	345.000,0
1.01.06.01	Pessoal em funções	90.000,
1.01.06.04	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	255.000,0
1.01.07	Pessoal em regime de avença ou tarefa	10.000,0
1.01.08	Pessoal aguardando aposentação	3.000,0
1.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	30.000,0
1.01.11	Representação	42.500,0
1.01.12	Suplementos e prémios	1.000,
1.01.13	Subsídio de refeição	304.500,
1.01.14	Subsídio de férias e de Natal	188.000,
1,01,15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	80.250,0
1.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	93.850,0
1.02.02	Horas extraordinárias	15.000,0
1.02.03	Alimentação e alojamento	100,0
1.02.04	Ajudas de custo	14.700,0
1.02.05	Abono para falhas	10.000,0
1.02.06	Formação	800,0
1.02.10	Subsidio de trabalho nocturno	1.000,0
1.02.11	Subsídio de turno	25.000,0
1.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	27.000,0
1.02.13.02	Outros	27.000,0
1.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	250,0
1.03	SEGURANÇA SOCIAL	1.040.750,00
1.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	20.000,0
1.03.04	Outras prestações familiares	100,0
1.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	981.700,00
1.03.05.01	Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)	342.700,0
1.03.05.02	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções píblicas (RCTPF)	609.000,00
1.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	274.000,0
1.03.05.02.02	Segurança social - Regime geral	335.000,0
1.03.05.03	Outros	30.000,0
1.03.06	Acidentes em serviço e doenças profissionais	350,0
1.03.09	SEGUROS	36.000,0
1.03.09.01	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	36.000,0
1.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	2.600,0
1.03.10.01	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção	2.500,0
1.03.10.99	Outras despesas de segurança social	100,0
2	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.723.450,0
2.01	Aquisição de bens	2.680.850,0
2.01.01	Matérias-primas e subsidiárias	60.000,0
2.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	530.000,0
2.01.02.01	Gasolina	40.000,0
2.01.02.02	Gasóleo	240.000,0
2.01.02.99	Outros	250.000,0
2.01.04	Limpeza e higiene	24.000,0
2.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	14.000,0
2.01.07	Vestuário e artigos pessoais	47.000,0
2.01.08	Material de escritório	50.000,0
2.01.12	Material de transporte - Peças	50.000,0
2.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	10.500,



PÁGINA : 2

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	1.500.100,00
02.01.16.01	Áqua	900.000,0
02.01.16.03	Outros	600.100,00
02.01.16.03.01	Saneamento	600.000,0
02.01.16.03.99	Outras	100,0
02.01.17	Ferramentas e utensilios	14.000,0
02.01.18	Livros e documentação técnica	1.000,0
02.01.19	Artigos honorificos e decoração	A second for the
02.01.19	Material de educação, cultura e recreio	250,0 30.000,0
02.01.20	Outros bens	
	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	350.000,0
02.02		6.042.600,00
02.02.01	Encargos das instalações	300.000,0
02.02.02	Limpeza e higiene	90.000,0
02.02.03	Conservação de bens	280.000,0
02.02.04	Locação de edificios	810.000,0
2.02.08	Locação de outros bens	11.600,0
02.02.09	Comunicações	150.000,0
02.02.10	Transportes	250.000,0
02.02.11	Representação dos serviços	11.000,0
02.02.12	Seguros	60.000,0
02.02.13	Deslocações e estadas .	20.000,0
02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	300.000,0
02.02.15	Formação	2.500,0
2.02.16	Seminários, exposições e similares	30.000,0
02.02.17	Publicidade	190.000,0
2.02.19	Assistência técnica	90.000,0
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	346.000,00
02.02.20.99	Outros	346.000,0
02.02.24	Encargos de cobrança receitas	270.000,0
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	2.831.500,00
02.02.25.01	Educação	91.500,0
02.02.25.02	Limpeza urbana	1.500.000,0
02.02.25.03	Iluminação pública	450.000,0
02.02.25.04	Actividade sócio-cultural	450.000,0
02.02.25.05	Actividade desportiva e de lazer	110.000,0
02.02.25.99	Outros	230.000,0
)3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	375.050,00
03.01	Juros da divida pública	190.000,0
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	190.000,00
03.01.03.02	Emprestimos de médio e longo prazos	190.000,0
3.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	50,00
03.03.05	Material de transporte	50,0
3.05	OUTROS JUROS	185.000,0
03.05.02	Outros	185.000,0
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	981.000,0
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	398.500,0
	CONTINENTE	
4.05.01		398.500,00
04.05.01.02	Freguesias	200.000,0
04.05.01.04	Associação de municipios	197.000,0
4.05.01.08	Outros	1.500,0
4.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	409.500,0
4.07.01	Instituições sem fins lucrativos	409.500,
4.08	FAMÍLIAS	173.000,0
4.08.02	Outras	173.000,
6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.000,0
6.02	DIVERSAS	71.000,0
6.02.01	Impostos e taxas	1.000,
6.02.03	OUTRAS	70.000,0
6.02.03.01	Outras restituições	2.000,
6.02.03.02	IVA pago	1.000,
6.02.03.04	Serviços bancários	1.000,
6.02.03.05	Outras	66.000,
	DESPESAS DE CAPITAL	8.582.420,0



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.515.420,00
07.01	INVESTIMENTOS	2.674.770,00
07.01.01	Terrenos	10.000,0
07.01.02	Habitações	243.500,00
07.01.02.02	Aquisição	200.000,0
07.01.02.03	Reparação e Beneficiação	43.500,0
07.01.03	EDIFICIOS	1.765.000,00
07.01.03.01	Instalações de serviços	194.500,0
07.01.03.02	Instalações desportivas e recreativas	1.482.500,0
07.01.03.03	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	83.000,0
07.01.03.04	Creches	5.000,0
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	25.500,00
07.01.04.05	Parques e jardins	5.000,0
07.01.04.06	Instalações desportivas e recreativas	10.500,0
07.01.04.13	Outros	10.000,0
07.01.07	Equipamento de informática	92.000,0
07.01.08	Software informático	207.020,0
07.01.09	Equipamento administrativo	30.250,0
07.01.10	Equipamento básico	278.000,00
07.01.10.02	Outro	278.000,0
07.01.11	Ferramentas e útensilios	3.500,0
07.01.12	Artigos e objectos de valor	1.500,0
07.01.15	Outros investimentos	18.500,0
07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA	76.100,00
7.02.05	Material de transporte-Locação financeira	76.100,0
7.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	3.764.550,00
07.03.01 0 7.03.02	Terrenos e recursos naturais EDIFICIOS	5.000,0
07.03.02.01		184.650,00
07.03.02.01	Instalações de serviços Escolas	117.150,0
07.03.02.03	Outros	62.500,0
07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	5.000,0 3.574.900,00
07.03.03.01	Viadutos, arruamentos e complementares	1.289.900,0
07.03.03.02	Sistemas drenagem e aguas residuais	1.600.000,0
07.03.03.04	Iluminação publica	50.000,0
07.03.03.05	Parques e jardins	55.000,0
07.03.03.07	Captação e distribuição de água	412.000,0
07.03.03.08	Viação rural	52.000,0
07.03.03.09	Sinalização e transito	17.500,0
7.03.03.10	Infraestruturas para distribuição de energia eletrica	15.000,0
7.03.03.12	Cemitérios	11.000,0
7.03.03.13	Outros	72.500,0
8	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	830.000,00
8.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	190.000,00
8.05.01	CONTINENTE	190.000,00
8.05.01.02	Freguesias	190.000,0
8.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	490.000,00
8.07.01	Instituições sem fins lucrativos	490.000,0
8.08	FAMÍLIAS	150.000,00
8.08.02	Outras	150.000,0
9	ACTIVOS FINANCEIROS	500.000,00
9.07	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	500.000,00
9.07.02	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas	500.000,0
0	PASSIVOS FINANCEIROS	725.000,0
0.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	725.000,0
0.06.03	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	725.000,0
1	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	12.000,0
1.02	DIVERSAS	12.000,0
1.02.01	Restituições	6.000,0
1.02.99	Outras	6.000,0



Em de	de
Z	

Em	de		de	-
-		PACIAN GOVERNMENT STATEMENT AND STATEMENT		



ENTIDADE

MUNICIPIO DE CAMINHA

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2013

		CLASSIFICAÇÕES	MONTA	NTE
CÓDI ORGÂNICA	IGOS ECONÓMICA			
JRGANICA	ECONOMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
1		ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	1.655.450,00	
1.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	24.700,00	
		DESPESAS CORRENTES		24.700
01		DESPESAS COM O PESSOAL		20.000
01.	02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		20.000
01.	02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		20.000
01.	02.13.02	Outros		20.000
02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4.700
02.	01	Aquisição de bens		1.200
02.	01.08	Material de escritório		100
- 1	01.18	Livros e documentação técnica		
	01.21	Outros bens		100
02.		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.000
	02.11	Representação dos serviços		3.500
1000 2000	02.13	Deslocações e estadas		500
	02.17	Publicidade		500
1	02.25	OUTROS SERVIÇOS		1.000
	02.25.99	Outros		1.500
02	02.23.33			1.500
.02		CAMARA MUNICIPAL	405.750,00	
01		DESPESAS CORRENTES		404.750
01.	01	DESPESAS COM O PESSOAL		322.550
1		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		266.750
1	01.01	Titulares orgãos soberania e membros orgãos autárquicos		152.000
01.	01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE	3	75.000
		TRABALHO		
1	01.04.01	Pessoal em funções		75.000
	01.11	Representação		30.000
1	01.13	Subsídio de refeição		9.500
	01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade		250
01.0		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		12.000
	02.04	Ajudas de custo		4.700
100000	02.06	Formação		300
	02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		7.000
7 5- 3101-9	02.13.02	Outros		7.000
01.0		SEGURANÇA SOCIAL		43.800
	03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		42.700
	03.05.01	Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)		3.700
01.0	03.05.02	Segurança social pessoal em regime de trabalho de		39.000
		contrato trabalho em funções píblicas (RCTPF)		
01.0	03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		24.000
	03.05.02.02	Segurança social - Regime geral		15.000
	03.06	Acidentes em serviço e doenças profissionais		100
01.0	03.09	SEGUROS		1.000
01.0	03.09.01	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais		1.000
02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		72.100
02.0	01	Aquisição de bens		11.400
02.0	01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		1.000
02.0	01.02.02	Gasóleo		1.000
02.0	01.15	Prémios, condecorações e ofertas		5.000
02.0	01.18	Livros e documentação técnica		200
	01.19	Artigos honorificos e decoração		200
1000	01.21	Outros bens		5.000
02.0		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		60.700
	02.03	Conservação de bens		
	02.11	Representação dos serviços	1.0	1.500
	02.13	Deslocações e estadas		9.000
	02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		15.000
	02.15	Formação		20.000
02.0		- 02 may 40		10



000 C 120 C		CLASSIFICAÇÕES	MONTA	N T E
	CÓDIGOS			\(\frac{1}{2}\)
ORGÂNICA	ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02.16	Seminários, exposições e similares		100
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		15.000
	02.02.25.99	Outros		15.000
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		100
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
	04.05.01	CONTINENTE		100
	04.05.01.02	Frequesias		100
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10
	06.02			10.000
	06.02.03	DIVERSAS		10.000
	0.1000/00/00/00/00/00/00	OUTRAS		10.000
	06.02.03.05	Outras		10.00
	4.2	DESPESAS DE CAPITAL		1.000
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		1.000
	11.02	DIVERSAS		1.000
	11.02.99	Outras		1.00
1.03		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.225.000,00	
		DESPESAS DE CAPITAL		1.225.000
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		500.000
	09.07	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		500.000
	09.07.02	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas		500.00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		725.000
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		725.000
	10.06.03	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições		725.000
		financeiras		725.00
2		SERVIÇOS MUNICIPAIS	21 000 220 00	
		DESPESAS CORRENTES	21.998.320,00	14 641 000
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		14.641.900
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		4.578.300
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE		3.519.500
	01.01.04			2.555.000
	01 01 04 01	TRABALHO		
	01.01.04.01	Pessoal em funções		1.975.000
	01.01.04.04	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho		580.000
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		345.000
- 1	01.01.06.01	Pessoal em funções		90.000
1	01.01.06.04	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho		255.000
	01.01.07	Pessoal em regime de avença ou tarefa		10.000
	01.01.08	Pessoal aguardando aposentação		3.000
	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação		30.000
	01.01.11	Representação		12.500
	01.01.12	Suplementos e prémios		1.000
	01.01.13	Subsídio de refeição		295.000
	01.01.14	Subsídio de férias e de Natal		188.000
	01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade		80.000
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		61.850
1	01.02.02	Horas extraordinárias		
	01.02.03	Alimentação e alojamento		15.000
3.00	01.02.04	Ajudas de custo		10.000
	01.02.05	Abono para falhas		10.000
- 4	01.02.06	Formação		10.000
	01.02.10	Subsidio de trabalho nocturno		500
1	01.02.10	Subsídio de trabalho hocturno		1.000
-1	01.02.11			25.000
	01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie		250
		SEGURANÇA SOCIAL		996.950
- 1	01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens		20.000
1	01.03.04	Outras prestações familiares		100
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		939.000,
1	01.03.05.01	Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)		339.000
	01.03.05.02	Segurança social pessoal em regime de trabalho de		570.000
		contrato trabalho em funções píblicas (RCTPF)		omis quitot t.t.
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		250.000
	01.03.05.02.02	Segurança social - Regime geral		320.000
L.	01.03.05.03	Outros		30.000
18.	01.03.06	Acidentes em serviço e doenças profissionais		
		-1		250



	CLASSIFICAÇÕES	MONTA	NTE
CÓDIGOS RGÂNICA ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01.03.09	SEGUROS		35.000
01.03.09.01	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais		35.000
01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		2.600
01.03.10.01	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção		2.500
01.03.10.99	Outras despesas de segurança social		100
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		
02.01			8.646.650
	Aquisição de bens		2.668.250
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias		60.00
02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		529.000
02.01.02.01	Gasolina		40.00
02.01.02.02	Gasóleo		239.00
02.01.02.99	Outros		250.00
02.01.04	Limpeza e higiene		24.00
02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas		14.00
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais		47.00
02.01.08	Material de escritório		49.90
02.01.12	Material de transporte - Peças		
02.01.15			50.00
	Prémios, condecorações e ofertas		5.50
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		1.500.100
02.01.16.01	Água		900.00
02.01.16.03	Outros		600.100
02.01.16.03.01	Saneamento		600.00
02.01.16.03.99	Outras		10
02.01.17	Ferramentas e utensilios		14.00
02.01.18	Livros e documentação técnica		70
02.01.19	Artigos honorificos e decoração		5
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio		30.00
02.01.21	Outros bens		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		344.00
			5.978.400
02.02.01	Encargos das instalações		300.00
02.02.02	Limpeza e higiene		90.00
02.02.03	Conservação de bens		278.50
02.02.04	Locação de edificios		810.00
02.02.08	Locação de outros bens		11.60
02.02.09	Comunicações		150.00
02.02.10	Transportes		250.00
02.02.11	Representação dos serviços		1.50
02.02.12	Seguros		60.00
02.02.13	Deslocações e estadas		4.50
02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		
02.02.14	Formação		280.00
			2.40
02.02.16	Seminários, exposições e similares		29.90
02.02.17	Publicidade		189.00
02.02.19	Assistência técnica		90.00
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		346.000
02.02.20.99	Outros		346.00
02.02.24	Encargos de cobrança receitas		270.00
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		2.815.000
02.02.25.01	Educação		91.50
02.02.25.02	Limpeza urbana		1.500.00
02.02.25.03	Iluminação pública		450.00
02.02.25.04	Actividade sócio-cultural		450.00
02.02.25.05	Actividade desportiva e de lazer		
	•		110.00
02.02.25.99	Outros		213.50
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		375.050
03.01	Juros da divida pública		190.000
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		190.000
03.01.03.02	Emprestimos de médio e longo prazos		190.00
03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		50
03.03.05	Material de transporte		
03.05	OUTROS JUROS		105 000
			185.000
03.05.02	Outros	3	185.000



	CLASSIFICAÇÕES	MONTA	N T E
CÓDIGOS	-		
ORGÂNICA ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		980.900
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		398.400
04.05.01	CONTINENTE		398.400
04.05.01.02	Freguesias		199.900
04.05.01.04	Associação de municipios		197.000
04.05.01.08	Outros		1.500
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		409.500
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos		409.500
04.08	FAMÍLIAS		
04.08.02	Outras		173.000
1	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		173.000
06.02	DIVERSAS		61.000
06.02.01			61.000
Allow to Product of Brown	Impostos e taxas		1.000
06.02.03	OUTRAS		60.000
06.02.03.01	Outras restituições		2.000
06.02.03.02	IVA pago		1.000
06.02.03.04	Serviços bancários		1.000
06.02.03.05	Outras		56.000
	DESPESAS DE CAPITAL		7.356.420
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		6.515.420
07.01	INVESTIMENTOS		2.674.770
07.01.01	Terrenos		
07.01.02	Habitações		10.000
07.01.02.02	Aguisição		243.500
07.01.02.02	Reparação e Beneficiação		200.000
07.01.03	EDIFICIOS		43.500
			1.765.000
07.01.03.01	Instalações de serviços		194.500
07.01.03.02	Instalações desportivas e recreativas		1.482.500
07.01.03.03	Mercados e instalações de fiscalização sanitária		83.000
07.01.03.04	Creches		5.000
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		25.500
07.01.04.05	Parques e jardins		5.000
07.01.04.06	Instalações desportivas e recreativas		10.500
07.01.04.13	Outros		10.000
07.01.07	Equipamento de informática		92.000
07.01.08	Software informático		207.020
07.01.09	Equipamento administrativo		30.250
07.01.10	Equipamento básico		1
07.01.10.02	Outro		278.000
07.01.11	Ferramentas e útensilios		278.000
07.01.12	Artigos e objectos de valor		3.500
07.01.12			1.500
	Outros investimentos		18.500
07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA		76.100
07.02.05	Material de transporte-Locação financeira		76.100
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		3.764.550
07.03.01	Terrenos e recursos naturais		5.000
07.03.02	EDIFICIOS		184.650
07.03.02.01	Instalações de serviços		117.150
07.03.02.05	Escolas		62.500
07.03.02.07	Outros		5.000
07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		3.574.900
07.03.03.01	Viadutos, arruamentos e complementares		1.289.900
07.03.03.02	Sistemas drenagem e aguas residuais		1.600.000
07.03.03.04	Iluminação publica		
07.03.03.04	Parques e jardins		50.000
07.03.03.07	Captação e distribuição de água		55.000
			412.000
07.03.03.08	Viação rural		52.000
07.03.03.09	Sinalização e transito		17.500
07.03.03.10	Infraestruturas para distribuição de energia eletrica		15.000
07.03.03.12	Cemitérios		11.000
07.03.03.13	Outros		72.500
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		830.000,
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		190.000,



		CLASSIFICAÇÕES	MONTA	NTE
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	08.05.01 08.05.01.02 08.07 08.07.01 08.08 08.08.02 11 11.02 11.02.01 11.02.99	CONTINENTE Freguesias INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições sem fins lucrativos FAMÍLIAS Outras OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL DIVERSAS Restituições Outras	,	190.000,00 190.000,00 490.000,00 150.000,00 11.000,00 6.000,00 5.000,00
		TOTAL GERAL DAS DESPESAS	1	23.653.770,00

Em de	de	Em de	de



ENTIDADE

PLANO PLURIANDAL DE INVESTIMBNYOS

MUNICIPIO DE CAMINEA

DO ANO. 2013

	CÓDIGO	CÓDIG	O/ANO/NUMERO		FORMA	1	FONTE ANCIAM		RESPON	I	ATAS		REAL	IZADO		D	ESPESAS DE IN	VESTIMENTO (PR	EVISÃO)			
OBJECTIVO	DA CLASSIFIC.		DO PROJ.	DESCRIÇÃO	DE REALIZAÇÃO		Γ		SÁVEL			T-V	PAGAM. ATÉ	PAGAN, PREV	ANO EN	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGI	INTES		TOTAL
	ECONÓMICA		ACÇÃO	nzacktěho	KDAD14RÇAL	AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	1-OUT-2012	DE COT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃC DEFIN	2014	2015	2016	OUTROS	PREVISTO
l. l.1.				Punções gerais Serviços gerais de administração pública									604.209,98 604.209,98		610.370,00 579.370,00	610.370,00 579.370,00						1.214.579,9 1.183.579,9
l.1.1. l.1.1.	02/070205	004	2008]6	Administracao geral Aquisição de veiculos ligeiros	OUTRA		100.0		DF	2008/08/01	2013/06/30	4	604.209,98 163.809,58		579.370,00 3.600,00	579.370,00 3.600,00						1.183.579,9 167.409,
1,1,1,		003	2010	INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICIPIO									258.746,30		5.720,00	5.720,00						264.466,3
.1.1. .1.1. .1.1.	02/070107 02/070108	0031 0032 001	2010 3 2010 4 2011	Eardware informático Software informático EDIFICIOS PARA INSTALAÇÃO DE SERVICOS	OUTRA OUTRA		100.0 100.0		DF DF	2010/01/02 2010/01/02	2013/12/31 2013/12/30		123.228,07 135.518,23 153.038,31		5.000,00 720,00 19.500,00	5.000,00 720,00 19.500,00						128.228,1 136.238,2 172.538,3
.1.1.	02/07010301	0013	2011 3	Beneficiação e reparação de edificios	EMPREITADA		100.0		DOPE	2011/01/02	2013/12/31	4	153.038,31		19.500,00	19.500,00						172.538,
.1.1. .1.1.	02/070205	001 003	2012	Aquisição de veículos INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICIPIO	OUTRA		100.0		DF	2012/01/02	2013/12/30	0	24.392,13		22.500,00 90.800,00	22.500,00 90.800,0 0						22.500,0 115.192,1
.1.1. .1.1. .1.1.	02/070107 02/070108 02/070109	0031 0032 005	2012 3 2012 4 2012 6	Hardware informático Software informático Aquisição de bens e equipamentos para os	OUTRA OUTRA OUTRA		100.0 100.0 100.0		OF	2012/01/02 2012/01/02 2012/01/02	2013/12/31	3	2.713,38 21.678,75 4.223,66		12.500,00 78.300,00 10.250,00	12.500,00 78.300,00 10.250,00						15.213,3 99.978,1 14.473,6
.1.1.		001	2013	serviços do muncicípio INPORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO											187.000,00	187.000,00						187.000,0
.1.1. .1.1. .1.1.	02/070107 02/07010E 02/07011002	0011 0012 002	2013 1 2013 2	Hardware informático Software informático	OUTRA OUTRA OUTRA		100.0 100.0 100.0		EQM	2013/01/02 2013/01/02 2013/01/02	2013/12/31	0			67.000,00 120.000,00 18.000,00	67.000,00 120.000,00 18.000,00						67.000,0 120.000,0 18.000,0
.1.1.	02/070205	003	2013 4	básicos Aquisição de veículos e	OUTRA		100.0		EQM	2013/01/02	2013/12/31	0			50.000,00	50.000,00						50.000,0
.1.1.	02/07010301	004	2013 5	máquinas Beneficiação e reparação de	EMPREITADA		100.0		BQM	2013/01/02	2013/12/31	0			100.000,00	100.000,00						100.000,0
.1.1.	02/070111	005	2013 6	edificios Aquisição de ferramentas e utensilios	OUTRA		100.0		BQM	2013/01/02	2013/12/31	0			2.000,00	2.000,00						2.000,0
.1.1.	02/070109	006	2013 7	Aguisição de bens e equipamentos para os	OUTRA		100.0		EÇN	2013/01/02	2013/12/31	0			20.000,00	20.030,00						20.000,0
.1,1.	02/07010301	007		serviços do nuncicípio Centro Coordenador de Transportes de Caminha	ADM. DIR.		100.0		DOPE	2013/01/02	2013/12/31	0			50.000,00	50.000,00						50.000,0
.2. .2.1.				Segurança e orden públicas Protecção civil e luta contra incêndios								and the second s			31.000,00 31.000,00	31.000,00 31.000,00						31.000,00 31.000,00
.2.1.	02/07030308	008	2013 9		OUTRA		100.0		GIF	2013/01/02	2013/12/31	0			25.000,00	25.000,00						25.000,0
.2.1.	02/07011002	009	2013 10	Aquisição equipamento de comunicação e estação	OUTRA		100.0		GIF	2013/01/02	2013/12/31	0			1.000,00	1.000,00						1.000,0
2.1.	02/07030307	010	2013 11	metereológica Construção reservatório água para combate a incêndio	CUTRA		100.0		GTF	2013/01/02	2013/12/31	633			5.000,00	5.000,00						5.000,0
1. 1.1. 1.1.	02/07030205	016		Punções sociais Rducação Ensino não superior Centro educativo de Den	EMPREITADA		100.0		DOPE	2008/06/01	2013/12/31		3.445.201,56 889.447,35 889.447,35 533.045,69		5.581.150,00 103.000,00 103.000,00 25.000,00	4.629.150,00 103.000,00 103.000,00 25.000,00	952.000,00	3.320.000,00 400.000,00 400.000,00	200.000,00			13.786.351,56 1.592.447,35 1.592.447,35 558.045,6
											NSPORTAR	+	1.137.255,67		635.370,00	635.370,00						1.772.625,6



EKTIDADE		
MUNICIPIO DE CAMPIEA	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	dotações inicials do ano 2013

	cóoiso	CÓDIGO/ANO/	מבערא!		FORMA		FONTE I		RESPO	, ,	ATAS	000	LIZADO		Di	ESPESAS DE INV	ESTIMENTO (PRE	visão)		, 1 2 7 7 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	
OBJECTIVO	DA CLASSIFIC.	DO PROJ.		DESCRIÇÃO	DE REALIZAÇÃO		HACINA		SÁVEL	4		X PAGAN. ATÉ	PAGAM, FREV	ANO EM	CURSO (FINANC	(AMENTO)		ANCS SECTI	NTES		TOTAL PREVISTO
	ECONÓMICA	ACÇÃO		bootings	numurunya v	KC	AA	FĈ		INICIO	PIN	1-007-2012	DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	KÃO DEFIK	2014	2015	2016	OUTROS	- LKEA1210
					,					A TRAN	SPORTAR	1.137.255,	7	635.370,00	635.370,00						1.772.625,67
1.1.1.	02/07030205	020 260		Centro educativo de Vilar de Mouros	EMPREITADA		100.0		DOPE	2009/02/01	2013/12/31	354.290,	3	12.500,00	12.500,00						366.790,73
2.1.1.	02/07010304	201		Construção de creche en Vila Praia Âncora	EMPREITADA		100.0		DOPE	2012/06/30	2015/12/31			5.000,00	5.000,00		469.669,06	200.000,00			605.000,01
1.1.1.		008 201		inpormatiração de estabelecimentos de ensino								2.110,9		1.500,00	7.500,00						9.610,93
1.1.1. 1.1.1. 1.1.1.	02/070107 02/070108	0081 201 0082 201 011 201	2 10	Aquisição de bardware Aquisição de software INFORMATIZAÇÃO DE BSTABELECIMENTOS DE EMSINO	OUTRA OUTRA		100.0 100.0		DSC DSC		2013/12/30 (2013/12/31 (3	3.500,00 4.000,00 8.000,00							5.610,9: 4.000,01 8.000,00
2.1.1. 2.1.1. 2.1.1.	02/070107 02/070108 02/07011002	0112 201	3 13 3 57	Aquisição de hardware Aquisição de software Aquisição de bens e equipamentos para escolas	OUTRA OUTRA OUTRA		100.0 100.0 100.0		SE SE SE	2013/01/02	2013/12/31 2013/12/31 2013/12/31			4.000,00 4.000,00 20.000,00	4.000,00						4.000,00 4.000,00 20.000,00
1.1.1.	02/07030205	013 201	3 15		ADM. DIR.		100.0		EQM	2013/01/02	2013/12/31			25.000,00	25.000,00		2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2				25.000,01
2.4.				Eabitação e servicos colectivos								2.110.533,5		3.416.500,00	2.847.000,00	569.500,00	1.750.000,00	500.000,00			1.777.033,57
1.4.1. 1.4.1.	02/07010203	 614 201	3 16	Rabitação Obras beneficiação Mercado Municipal V.P.Ancora -	EMPREITADA		100.0		DAS	2013/01/02	2013/12/31 (243.500,00 43.500,00	243.500,00 43.500,00						243.500,00 43.500,00
.4.1.	62/67010202	015 201	3 17	Habitação e loja social Permuta terremos quinta da barrosa	OUTRA		103.0		GAP	2013/01/02	2013/12/31			200.000,00	200.000,00		3				200.000,00
	02/07030301 02/07030301		7 138 8 43	Ordenamento do território Ecovia - Caminha/Ancora	EMPREITADA EMPREITADA		20.0 100.0		DOPE DOPE		2013/12/30 4 2013/12/31 4		5	799.000,00 1.000,00 150.000,00	484.500,00 1.000,00 150.000,00	314.500,00	1.750.000,00	500.000,00			4.405.618,06 600.845,38 819.843,67
.4.2.		029 201	0	REQUALIFICAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO EM CAMINEA								86.929,0		250.000,00	233.000,00	17.000,00	350.000,00	500.000,00			1.186.929,04
.4.2.	02/07030301	[029] 2 01	0 48	R.Ric.Joaq.Sousa, Largo Cal.Gulbenkian e L.Dr.Luis	EMPREITADA		15.0	85.0	DOPE	2010/12/01	2015/12/30 1			20.000,00	3,000,50	17.000,00	350.000,00	500.000,00			870.000,00
	02/07030301 02/07030301	0292 201 031 201	0 49 9 51	Petal Carmeiro Av.Padre Pinheiro Ecovia Caminho Rio Minho (Caminha-lanhelas)	EMPREITADA Empreitada		100.0 100.0		DOPE DOPE		2013/12/30 2 2014/12/30 1	86.925,0		230.000,00 3.000,00	230.000,00 3.000,00		900.000,00				316.929,04 903.000,00
.4.2.	02/07030305	011 2011		Parque estacionamento Sidónio Pais	EMPREITADA		15.0	85.0	DOFE	2012/04/01	2013/12/30 1			300.000,00	45.000,00	255.000,00					300.030,00
.4.2.	02/07030313	121 2011	2 14	Intervenção e regularização natural margens e leito do	EMPREITADA		15.0	85.0	DOPE	2012/04/01	2014/10/30 1			50.000,80	7.500,00	42.500,00	250.469,60				300.000,00
.4.2.		016 2013	3	RÍO COUTA AQUISIÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE INTERESSE MENICIPAL										10.000,00	10.000,00		250.000,00				250.000,00
		0161 2013 0162 2013	18		COTRA COTRA		100.0 100.0				2014/12/31 0			5.000,00	5.000,00		100.000,00				105.000,00
		0162 2013 017 2013	20		ADM. DIR.		100.0				2014/12/30 0 2013/12/31 0			5.000,00 35.000,00	5.000,00 35.000,00		150,900,00				155.000,00 35.000,00
.4.3. .4.3.	##/\$75353	C57 2006	5 5 5 6	Saneamento	EMPREITADA		160.5		DAS	2009/08/01	2013/12/31 3	753.915,51 205.527,2		1.855.000,00 400.000,00	1.600.000,00 480.000,60	255,000,00					2.608.915,51 605.527,22
										1 501	NSPORTAR	3.058.802,6		2 165 831 AA	1.841.370,60	174 ELV VV	2.150.000,00	740 400 04			8.064.672,61



ENTIDADE

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOTAÇÕES INICIAIS

MUNICIPIO DE CANTINDA

DO ANO 2013

	CÓDIGO	CÓDIGO	/ANO/NUMERO		FORMA	FON FINANC	TE DE Ianent(DATAS	REAL	IZADO	0.0	Di	ESPESAS DE INVE	SSTIMENTO (PREV	/ISÃO)			-
BJECTIVO	DA CLASSIFIC.		DO PROJ.	DESCRIÇÃO	DE REALIZAÇÃO			- SÁVE	L	E	PAGAM. ATÉ	PASAM. PREV	AND EM	CURSO (FINANC	IAMENTO)		ANOS SEGUI	INTES	Ţ	TOTAL PREVISTO
	ECOKÓMICA		acção			AC A	A FO		INICIO	FIM	1-007-2012	DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2014	2015	2016	OJTROS	
			THEO PARTICIPATION						A TRA	KSPORTAR	3.058.802,61		2.155.870,00	1.841.370,00	314.500,00	2.150.000,00	700.000,00			8.064.672,6
1.4.3.	02/07030302	044	2011 58	Sameamento zona Sul de V.P.Ancora, Vile e Riba de Ancora	EMPREITADA	10	3.0	DAS	2011/01/0	2 2013/12/31 3	545.388,29		1.100.000,00	1.100.000,00						1.645.388,
.4.3.	02/07030302	018	2013 21	Beneficiação e instalação de infra-estruturas de sameamento	ADM. DIR.	10	0.0	EÓW	2013/01/0	2 2013/12/31 0			30.000,00	30.000,00						30.000,
.4.3.	02/07030302	019	2013 22	Renovação rede sameamento do Bairro Ranha - Vilar de Mouros	EMPREITADA	10	0.0	DAS	2013/01/0	2 2013/12/31 0			15.000,00	15.000,00						15.000,
.4.3.	02/07030302	020	2013 23	Aquisição de equipamentos e acessórios	OUTRA	16	0.0	DAS	2013/01/0	2 2013/12/31 0			10.000,00	10.000,00						10.000,
2.4.3.	02/07030302	076	2013 58	Saneamento na Rua da Meia Légua - Moledo	EMPREITADA	1	5.0 8	5.0 DAS	2013/01/0	2 2013/12/31 0			133.000,00	19.950,00	113.050,00					133.000,0
2.4.3.	02/07030302	877	2013 59	Sameamento de Aspra, Viso e Currais/1º.Fase - Ancora	EMPREITADA	1	5.0 8	5.0 DAS	2013/01/0	2 2013/12/31 0			167.000,00	25.050,00	141.950,00					167.000,0
2.4.4. 2.4.4.	C2/67011002	019	2012 24	Abastecimento de Água Aquisição e recuperação de contadores e outros	CUTRA	10	0.0	DAS	2012/01/0	2 2013/12/31 2			435.500,00 10.000,00	435.500,00 10.000,00						435.500,0 0 10.000,0
2.4.4.	02/07030307	021	2013 24	equipamentos Beneficiação e instalação de infra-estruturas de áqua		10	0.0	DAS	2013/01/0	2 2013/12/31 0			185.000,00	185.000,00						185.000,
2.4.4.	02/07011062	022	2013 25	Aquisição e recuperação de contadores e outros		10	0.0	DAS	2013/01/0	2 2013/12/31 0			18.500,00	18.500,00						18.500,
2.4.4.	02/07030307	023	2013 26	equipamentos Beneficiação de reservatórios instalados no concelho	ADM. DIR.	10	6.0	DAS	2013/01/0	2 2013/12/31 0			222.000,00	222.006,00						222.000,
2.4.6.				Protecção do meio ambiente e conservação da natureza									83.500,00	83,500,00						83.500,0
2.4.6.	02/07011002	024	2013 27	Aquisição de equipamentos e máquinas	OUTRA	11	0.0	SJEV	2013/01/	02 2013/12/31 0			37.500,00	37.500,00						37.500,
2.4.6.	02/07030305	025	2013 28	Bezeficiação de espaços verdes	ADM. DIR.	15	0.0	SJEV	2013/01/	02 2013/12/31 0			5.000,00	5.000,00						5.000,
2.4.6.	02/07030312	026	2013 29	Beneficiação e infra-estruturas do cenitério de Caminha	ADM. DIR.	10	0.5	DAS	2013/01/	02 2013/12/31 0			11.000,60	11.000,00						11.000,
2.4.6.	02/070111	027	2013 30	Aquisição de ferramentas e utensilios	CUTRA	10	0.0	DAS	2013/01/	2013/12/31			1.500,00	1.500,00						1.500,
2.4.6.	02/070115	528	2013 31	Ampliação rede municipal de percursos pedestres	ADM. DIR.			DAS	2013/01/	22 2013/12/31 0			18.500,00	16.500,00						18.500,
2.4.6. 2.5.	02/07010413	029	2013 32	Hortas urbanas Servicos culturais, recreativos e religiosos	CUTRA	10	0.0	DAS	2013/01/	02 2013/12/31 0	445.220,64		10.000,00 2.361.650,00	10.000,00 1.724.150,00	1	1.170.000,00	740.000,00			10.000, 4.716.870, 6
2.5.1. 2.5.1.	52/57515362	384	2008 84	Cultura Projecto obra reconstrução Teatro Valadares	EMPREITADA	10	9.0	DOPE	2006/12/	01 2014/12/30 3	162.220,61 132.980,0		1.704.650,00 851.500,00	1.067.150,00 851.500,00	637.500,00	1.170.000,00 360.000,00	740.000,00			3.776.870,6 1.284.480,
2.5.1.	02/07010301	052	2008 63	Reestruturação da escola di Vilarinho	EMPREITADA	1	0.0	D0P3	2009/06/	02 2013/12/30 4	23.773,5		5.000,00	5.000,00						28.773,
2.5.1.		025	2011	INSTALAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL							380,33		500.000,00	15.000,00	425.000,00	870.000,00	740.000,00			2.110.380,3
2.5.1. 2.5.1. 2.5.1.	02/07030201	0251 0252 0253	2011 32 2011 33 2011 34	Construção Hardware informático Software informático	EMPRESTADA OTTRA OTTRA			5.0 DOPE 5.0 5.0	2014/01/	01 2015/12/31 0 02 2014/12/31 1 02 2014/12/31 1		3	500.000,0	75.000,01	425.000,00	\$50.000,00 \$.000,00 \$.000,00				2.090.380, 5.000, 5.000,
									1	TRANSPORTAR	3.761.324,7	1	5,486,370 0	4.491,870,0	994,500,00	3,310,020,00	1.449.000,00		1	13.997.694,



EKTIDADE PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOTAÇÕES INICIAIS MANICIPIO DE CANDRIA

DO ASO 2013

	CÓ21G0	cónta	/ANO/NUMERO		FORMA		FONTE Anciam		RESPO	x ·	DATAS	CPA1	IZADO		D.	ESPESAS DE INV	ESTIMENTO (PRE	VISÃO)			
OBJECTIVO	DA CLASSIFIC.		DO PROJ.	DESCRIÇÃO	DE REALIZAÇÃO	723			SÁVE		min.	X PAGAM. ATÉ	PAGAM. PREV	ANO EM	CERSO (FINANC	IAMENTO)		ANOS SEGUI	NTES		TOTAL
	BCOXÓMICA		ACÇÃO	parent du	in and and in	AC	AA	FC		INICIO	FIM	1-001-2012	DE COT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2014	2015	2016	CUTROS	PREVIOUS IN
			, ,		-					A TRAP	SPORTAR	3.761.324,77		5.486.370,00	4.491.870,00	994.500,00	3.310.000,00	1.440.000,00			13.997.694,7
2.5.1.		0254	2011 35	Equipamento básico	EMPREITADA			85.0			2014/12/31						5.000,00				5.000,0
2.5.1. 2.5.1.	02/070112	0255	2011 36 2012 27	Perramentas e utensilios Aquisição de objectos de arte	OUTKA OUTKA		15.0 100.0		DSC		2014/12/31 2 2013/12/31			1.500,00	1.500,00		5.000,00				5.000,0 1.500,0
2.5.1.	02/07030201	023	2012 28	Conservação e beneficiação de equipamentos culturais	OUTRA		100.0		DSC	2012/01/02	2013/12/31	5.066,74		650,00	650,00						5.736,7
2.5.1.	02/07010301	030	2013 33	Academia Musica Fernandes Fão - pólo de Caminha	ADM. DIR.		100.0		DSC	2013/01/02	2013/12/31			26.000,00	20.000,00						29.000,0
	02/07010302 02/07010406	031 032	2013 34 2013 35	Criação "Casa das Artes" Beneficiação espaço Museu	ADM. DIR. ADM. DIR.		100.0 100.0		DSC DSC		2013/12/31 (2013/12/31 (5.000,00 5.000,00	5.000,00 5.000,00						5.000,0 5.000,0
2.5.1.	02/07010406	033	2013 36	Sidónio Pais Museu Municipal de Caminha - renovação de salas e	ADM. DIR.		100.6		DSC	2013/01/02	2013/12/31			5.000,00	5.000,00						5.000,0
2.5.1.	02/07011002	834	2013 37	equipamentos Aquisição de livros para bibliotecas	CUTRA		100.0		DSC	2013/01/02	2013/12/31 (5.000,00	5.000,00						5.000,0
2.5.1.	02/07011002	\$35	2013 38	Aquisição de equipamentos para os serviços da cultura	OUTRA		100.0		DSC	2013/01/02	2013/12/31			7.000,00	7.000,00						7.000,0
2.5.1.	02/07030201	636	2013 39	Intervenção na torre do relógio	ADM. DIR.		100.0		DSC	2013/01/02	2013/12/31			21.590,00	21.500,00						21.500,0
	02/07030309 02/07030201	037 038	2013 40 2013 41	Sinalização de monumentos Criação ° Espaço alfaias	OUTRA EMPREITADA		100.0 100.0		DSC GAP		2013/12/31 (2013/12/31 (7.500,00 20.000,00	7.500,00 20.000,00						7.500,0 20.000,0
2.5.1.	02/07511002	039	2013 42	agrícolas * Equipamento básico - Teatro Valadares	OUTKA		15.0	85.0	DSC	2013/01/02	2013/12/31 (250.000,00	37.500,00	212.500,00					258.000,0
2.5.2. 2.5.2.	02/07010302	065	2008 78	Desporto, recreio e lazer Remodelação e beneficiação do pavilhão municipal de V.P.Âncora	EMPREITADA		100.0		DOPE	2008/06/01	2013/12/30	283.000,03 139.166,02		657.000,00 321.500,00	657.000,00 321.500,00						940.000,03 466.665,0
2.5.2.	02/07010302	266	2008 79	Requalificação do pavilhão punicipal de Caninha	EMPREITADA		100.0		DOPE	2008/07/03	2013/12/31	140.263,19		304.500,00	304.500,00						444.763,1
2.5.2.	02/07011002	024	2012 29		OUTRA		100.0		DSC	2012/01/02	2013/12/31	3.570,82		11.000,00	11.000,00						14.570,8
2.5.2.	02/07011002	040	2013 43	Equipamento para manutenção Estádio Morber	OUTRA		100.0		SD	2013/01/02	2013/12/31			5.006,00	5.000,00						5.000,0
2.5.2.	02/07011902	041	2013 44	Manutenção/substituição (parques infantis +	CUTRA		100.0		SD	2013/01/02	2013/12/31 0			10.000,00	10.000,00						10.090,0
2.5.2.	02/07030305	042	2013 45	equipamentos geriátricos; Skate parque Vila Praia Ancora (Calvário)	ADM. DIR.		100.0		SD	2013/01/02	2013/12/31 0			5.000,00	5.000,00						5.000,0
3. 3.1.				Punções económicas Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca								289.908,74 91.485,27		1.230.900,00 27.000,00	1.230.900,00 27.000,00		400.000,00	600.000,00			2.520.808,74 118.485,27
3.1.0.				Agricultura, pecuária , silvicultura, caça e pesca								91.485,27		27.000,00	27.000,00						118.485,27
1.1.0.	02/07030308	052	2010 74	Beneficiação de caninhos agrícolas	EMPREITADA		100.0		DAS	2010/01/02	2013/12/31 4	91.485,27		27.000,00	27.000,80						118.485,2
3.2. 3.2.0. 3.2.0.	02/070101	261	2012 31	Indústria e energia Industria e energia Aguisição de terremos	OTRA		105.0		DF	2012/01/02	2013/12/31 (80.000,00 80.000,00 10.000,00	80.000,00 80.000,00 10.000,00		400.000,00 400.000,00	600.000,00 600.000,00			1.080.000,00 1.080.000,00
	02/07010405	262	2012 32		EMPREITADA		100.0		DOPE		2015/12/31 0			5.000,00	5.000,00		400.000,00	600.000,00			1.005.000,0
										A 73	AKSPORTAR	4.140.896,81		6.533.520,00	5.326.520,00	1.207.000,00	3.720.000,00	2.640.000,00			16.434.416,8



BKIIDADE DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2013 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS MUNICIPIO DE CAMINEA

PÁGINA : 5

	CÓDIGO	CÓDIG	O/ANO/NUMERO	Section 1 State to cold a Space of Proceedings and Associated	FORMA	1.00	FONTE I		RESPON		DATAS	DEAT	IZADO		Di	ESPESAS DE INV	ESTIMENTO (PRE	VIS Ā O)			
OBJECTIVO	DA		DO	anominio.	DE				SÁVEL			N PASAN, ATÉ		ANO EM	CURSO (FINANC	IAMESTO)		ANOS SEGUI	NTES		TOTAL
	CLASSIFIC. ECOXÓMICA		PROJ. ACÇÃO	DESCR1ÇÃO	REALIZAÇÃO	AC	AA	FC		INICIO	FIN	1-007-2012	PAGAM. PREV DE ODI-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	KÃO DEFIN	2014	2015	2016	OUTROS	PREVISTO
									San	A TRAN	ISPORTAR	4.140.896,81		6.533.520,00	5.326.520,00	1.207.009,00	3.720.000,00	2.040.000,00			16.434.416,81
3.2.0.	62/07630304	043		Beneficiação da ilunimação pública - Instalação de LED no concelho			105.6		DOPE	2013/01/02	2013/12/31 0			50.000,00	50.000,00						50.000,00
3.2.0.	02/07030310	344	2013 47	(100) 000 (10000000)	ADM. DIR.		100.9		EÕX	2013/01/02	2 2013/12/31 0			15.000,00	15.006,00						15.500,00
3.3. 3.3.1. 3.3.1.	02/07030301	094	2008 108	Transportes e comunicações Transportes rodoviários Beneficiação do caninho de	אהגדדסכמעם		100.6		DOPE	onne/na/na	2013/12/31 4	198.423,47 156.809,59 124.891,23		970.400,00 877.900,00 15.000,00	970.400,00 877.900,00 15.000,00						1.168.823,47 1.034.709,59 139.891,23
3.3.1.	02/07030301	106		Margidas-Gondar Requalificação do Largo da			100.0		DOPE		2013/12/31 3			13.203,00							24.000,00
3.3.1.	02/07030301	027	2012 33	Peira - Seixas Intervenção mas freguesías			100.0		DOPE		2013/12/31 0			180.000,00							180.000,00
3.3.1.	02/07030301	028	1. 1.	do concelho Melhoramentos de comunicações rodoviárias	ADM. DIR.		100.0		DOPE	2012/01/02	2013/12/31 3	21.118,36		4.700,60	4.700,00						25.818,36
3.3.1.	02/07030301	045	2013 48	Outras intervenção mas freguesias do concelho	EMPREITADA		100.0		EQM	2013/01/02	2013/12/31 0			455.00C,00	455.000,00						455.000,00
3.3.1.	02/07030303	046		Aquisição de simalização/topomimia	OUTRA		100.0		EQM	2013/01/02	2013/12/31 0			10.000,60	10.500,00						10.000,00
3.3.1.	62/07036361	047	2013 50	Construção/beneficiação de arruamentos no concelho	ADM. DIR.		100.0		EQM	2013/01/02	2013/12/31 0			200.000,00	200.000,00						200.000,00
3.3.3. 3.3.3.	02/07011002	035		Transportes fluviais Manutenção e beneficiação do Perry-Boat	OUTRA		100.0		DF	2011/01/02	2013/12/31 0	41.613,88 41.613,88		92.500,00 27.500,00	92.500,00 27.500,00						134.113,88 69.113,88
3.3.3.	02/07011602	948	2013 51	Manutenção e beneficiação do Ferry-Boat	OUTRA		100.0		EQM	2013/01/02	2013/12/31 0			65.000,00							65.000,00
3.4. 3.4.1.				Comércio e turismo Mercados e feiras										153.500,00 87.500,00	153.500,00 87.500,00						153.500,00 87.500,00
3.4.1. 3.4.1.	02/07011002 02/07010303	049 050	2013 53		ODTRA ADM. DIR.		100.0 100.0		DAS DAS		2013/12/31 0 2013/12/31 0			4.500,00 41.000,00							4.500,00 41.000,00
3.4.1.	02/07010303	051	2013 54		ADM. DIR.		100.0		DAS	2013/01/02	2013/12/31 0			42.000,00	42.006,00						42.000,00
3.4.2. 3.4.2.		039	2011	Turismo CENTRO DO MAR										66.000,00 1.000,00	1.000,00						66.000,00 1.000,00
3.4.2. 9.4.2. 3.4.2.	02/07010406 02/07011002 02/07030313	0391 0392 052	2013 55	Construção Equipamentos Intervenções en acessos a praias	OUTRA OUTRA ADM. DIR.		100.0 100.0 100.0		DOPE	2013/01/02	2013/12/31 0 2013/12/30 0 2013/12/31 0			500,00 500,00 65.000,00	500,00 500,00 65.000,00						500,00 500,00 65.000,00
3 2.000 22		1	1 1	le	I				1	703	AL GERAL	4.339.320,28		7.722.420,00	6.515.420,00	1.207.000,00	3.720.000,00	2.040.000,50			17.821.740,28

PASES DE EXECUÇÃO

- ACAIOINI CÂN O

- NACIONAL PROJECTION TECNICO

 ADTIGICACIO

 ADTIGICACI

 EXECUÇÃO FISICA ATÉ SOR

 EXECUÇÃO FISICA ATÉ SOR

 EXECUÇÃO FISICA ATÉ SOR
- 9 CONCIDIDO
- P .



NEATHER DE CARDEN		SPYNO SPAKIYNATE DR INARČLIK	EKTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO AND 2013
				Hásiga : 6
ân de	te		En_ de de	



ENTIDADE			
MONTCIPIO DE CAMINEA	PLAKO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2013	

	CÓDIGO	réate	O/ANO/NUMERO		FORMA	FON: FINAN	E DE	- 1	SPON	DA	TãC .		DDAT	IZADC			DESPESAS	S (PREVISÃO)				
OBJECTIVO	DA CLASSIFIC.		DO PROJ.	DESCRIÇÃO	DE REALIZAÇÃO	Lina	T		ÁVEL	Dil.		DV	PAGAN. ATÉ	PAGAM. PREV	ANO EM C	TURSO (FINANCI	AMENTO)	Å	NOS SEGUINTES			TOTAL
	ECONÓMICA		ACÇÃO	DESCRIÇÃO	yzuntaulun	AC A		FC		INICIO	FIM	DΛ	1-00T-2012	DE COT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO CEFIN	2014	2015	2016	OUTROS	FREVISTO
2.				Punções sociais											580.270,00	580.270,00						580.270,00
2.1.				Educação											25.820,00	25.820,00						25.820,00
2.1.1.			3	Ensino não superior											25.820,00	25.820,00						25.820,00
2.1.1.	02/02022501	053		Dia Mundial da Criança - Act.lúdicas e recreativas		100	.0	9	B	2013/01/02	2013/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.1.1.	02/02022501	054		Festa Fin de Ano - Comemorações encerramento ano lectivo		100	.0	S	E	2013/01/02	2013/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.1.1.	02/02022501	055		Festa de Natal - Oferta brindes crianças pré-escolar e 1º,ciclo		100	.0	S	B 2	2013/01/02	2013/12/31	0			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.1.1.	02/020120	056		Manuais escolares - Oferta manuais escolares crianças alunos do 1º.ciclo		100	.0	8	e 2	2013/01/02	2013/12/31	0			13.000,00	13.000,00						13.000,00
2.1.1.	02/02022501	057		Pesta de Carnaval - Logistica corso carnavalesco estab.ensino concelho		100	.0	S	E 2	2013/01/02	2013/12/31	0			1.820,00	1.820,00						1.820,00
2.3.				Segurança e acção sociais											276.200,00	276.200,00						276.200,00
2.3.2.				Acção social											276.200,00	276.200,00						276.200,00
2.3.2.		058	10000	XVII Passeio Convivio Pensionistas		100	.0	D	3C 2	2013/01/02	2013/12/31	0			30.000,00							30.000,00
2.3.2.	02/020210	058	2013 6													10.000,00						
2,3.2.	02/02022599	058	2013 6													20.000,00						
2.3.2.	02/02022504	059		Campanha Sonho de Matal - Realização festa natal crianças desfavorecidas		100	.0	D	SC 2	2013/01/02	2013/12/31	0			1.200,00	1.200,00						1.200,00
2.3.2.	02/080802	060		Caninhabita - Apoio recup./benef.habita agregados familiares desfavorecidos		100	.0	מ	SC 2	013/01/02	2013/12/30)			150.000,00	150.000,00						150.000,00
2.3.2.	02/040802	061		Caninha Solidária - Apolo financeiro agregados familiares desfavorecidos		100.	60	03	iC 2	013/01/02	2013/12/31				75.000,00	75.000,00						75.000,00
2.3.2.	02/020203	062		CaninhAniga - Programa social reparações comésticas ao donicilio		100.	609	DS	C 2	013/01/02	2013/12/31)			20.000,00	20.000,00						28.000,00
		l					1			A TRAV	ISPORTAR				302.020,00	302.020,00						302.020,00



ENTIDADE DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2013 PLANO DE ACTIVIDADES MONICIPAL MUNICIPIO DE CAMINEA

	CÓDIGO	CÓDI	GO/ANO/NU	MERO		FORMA		TTE D		RESPO		TAS		REAL	JZADO			DESPESAL	S (PREVISÃO)		515-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1		
OBJECTIVO	CLASSIFIC.		DO PROJ.		DESCRIÇÃO	DE REALIZAÇÃO				SÁVEI		T	EI		PAGAM, PREV	ANO EM	CURSO (FINANCI	AMENTO)		ANOS SEGUINT	S	. 102 11. 11.20	TOTAL PREVISTO
	ECONÓMICA		ACÇÃO				AC 1	A	FC		INICIO	FIM		1-OTT-2012	DE OUT-DEA	TOTAL	DEFINIDO	MÃO DEFIN	2014	2015	2016	OUTROS	LVD1751A
	T		T	Т		T		_			A TR	ANSPORTAR				302.020,00	302.020,00						302.620,00
2.5.					Servicos culturais, recreativos e religiosos											278.250,00	278.250,00						278.250,00
2.5.1.				(Altura											265.750,00	265.750,00						265.750,00
2.5.1.	02/02022504	663	2013 1	R	eira Medieval - econstituição atividades edievais		10	0.0		DSC	2013/01/02	2013/12/31	C			100.000,00	100.008,00						100.000,00
2.5.1.	02/02022504	064	2013 1	I	atal e Passagen de ano - luminação e animação matal passagem de ano		101	1.0		DSC	2013/01/02	2013/12/31	S			12.150,00	12.150,00						12.150,00
2.5.1.	02/02022504	065	2013 1	R	nimação de verão - ealização Prata da Casa, estivais de Folclore entre utros		100).0		DSC	2013/01/02	2013/12/31	6.5			75.000,00	75.000,00						75.000,00
2.5.1.	02/02022504	066	2013 14	iı	eira do Livro - Promover e coentivar gosto pela citura		100	.c		DSC	2013/01/02	2013/12/31	0			3.000,00	3.000,00						3.000,00
2.5.1.	02/02022504	067	2013 15	-	olenidade do Corpo de Deus Confeção de tapetes das as de Caminha		100	.0		DSC	2013/01/02	2013/12/31	0			4.000,00	4.000,00						4.000,00
2.5.1.	02/02022504	068	2013 16		te na Leira - Animação ra realização do evento		100.	.0		DSC	2013/01/02/2	013/12/31	0			4.600,00	4.600,00				*		4.600,00
2.5.1.	02/02022504	069	2013 17	de	minação - Desenvolvimento ações de intercânbio Itural		100.	0	1	DSC 2	2013/01/02 2	013/12/31				7.600,60	7.000,00						7.000,00
2.5.1.	02/02022504	074	2013 23	Fes	stival de Vilar de Mouros OX	OTRA	100.	0	d	isc 2	013/01/02 2	013/12/31				60.000,00	60.000,00						60.000,00
1.5.2.				Des	porto, recreio e lazer											12.500,00	12.500,00						12.500,00
1.5.2.	02/02022505	676	2013 18	Arg	Grande Traill da Serra a - Proporcionar liz. ativ.desportivas		100.	0	\$	0 2	013/01/02 2	013/12/31 0				7.500,00	7.500,00						7.500,00
.5.2.	2/02022505	671	2013 15	Pai Rea	BTT Mosaico de sagens - liz.ativ.desportivas ito de BTT		100.1		S	D 21	013/01/02/20	13/12/31 0				5.000,00	5.000,00		œ				5.000,00
				Punç	rões económicas											42.000,00	42.000,00						42.000,00
.4.				Coné	ircio e turismo											42.000,00	42.000,00						42.000,00
4.2.				turi	SEC											42.000,00	42.000,00						42.000,00
											A TRAKS	FORTAR				580.270,00	580.270,00						580.270,00



ENTIDADE		
MINICIPIO DE CAMINER	PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2013

	CÓDIGO	CÓDIG	O/ANO/NUME	10	FORMA	1	INTE DE INCIAMEN		RESPON	'AC	TAS		PFAT	IZADO			DESPESAS	(PREVISÃO)				
OBJECTIV			DO	28	DE REALIZAÇÃO	Н			SÁVEL			_			ANO EM (TURSO (FINANCI	AMENTO)	A	NOS SEGUINTES			TOTAL
	ECONÓMICA		PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	KRWT17WÅW	i I	AA	FC		INICIO	FIM	Ŀλ	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2012	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2014	2015	2016	OUTROS	PREVISTO
		,								A TRI	ANSPORTAR .				580.270,00	580.270,00			3			580.270,00
3.4.2.	02/02022504	072	2013 20	Festa do Mar e da Sardinha - Promoção gastronónica regional			00.0		DSC	2013/01/02	2013/12/31	0			25.000,00	25.000,00						25.000,00
3.4.2.	02/02022504	073	2013 21	CaminhaDoce - Promoção e comercialização de doçaria tradicional		1	00.0	Co. 200	DSC	2013/01/02	2013/12/31	5			7.000,00	7.000,00						7.000,00
3.4.2.	02/02022504	074	2013 22	Vila Praia en Flor - Arte florl com destagque para elaboração de Maias		1	0.00		DSC	2013/01/02	2013/12/31	0			10.000,00	10.000,00						10.000,00
										TOTAL	GERAL				622.270,00	622.270,00						622.270,00

PASES DE EXECUÇÃO

- O NÃO INICIADA
- 1 COM PROJECTO TECNICO
- 2 ADJUDICADO
- 3 EXECUÇÃO FISICA ATÉ 50%
- 4 EXECUÇÃO FISICA SUPERIOR A 50%
- 9 CONCLUIDO
- Ρ.

50	Qe .	de
_		

ln:	de	de
		u

ANEXOS



GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

Exercício 2013



Mapa de Empréstimos

		Entidade	Сар	oital	Taxa d	e Juro	Prazo de	ı Anos	Anos	Encargo	s do Ano	Capital em Divida
Data	Finalidade	Credora	Contratado	Utilizado	Inicial	Final	Amortização	Decorridos	que faltam	Amortização	Juros	a 31/12/2013
23/02/1998	Centro Cultural Recreativo. Moledo (N)	C.G.D.	138 865,00 €	138 865,00 €	7,25%	2,94%	15	14	1	6 293,17 €	300,00 €	0,00€
23/02/1998	Pavilhão Desportivo Caminha (N)	C.G.D.	104 748,00 €	104 748,00 €	7,25%	2,94%	15	14	1	4 747,00 €	180,00€	0,00€
28/09/2000	Financiamento Projetos Plano de Atividades (N)	C.G.D.	748 197,00 €	623 498,00 €	4,30%	1,38%	12	12	0			0,00€
22/11/2004	Financiamento Projetos PPI (N)	C.G.D.	739 965,00 €	708 446,72 €	2,55%	1,93%	20	7	13	40 500,00 €	5 000,00 €	474 460,38 €
24/05/2005	Financiamento Projetos PPI (I)	C.G.D.	1 065 135,81 €	1 026 530,69 €	2,34%	1,82%	20	6	14	59 000,00€	15 265,14 €	704 256,98 €
24/05/2005	Financiamento Projetos PPI (N)	C.G.D.	725 210,00 €	725 210,00 €	2,36%	1,82%	20	6	14	40 500,00€	5 000,00 €	494 509,59 €
18/03/2009	Programa de Regularização Extraordinária de Dividas ao estado (PREDE)	C.G.D.	1 500 000,00 €	1 500 000,00 €	3,46%	2,86%	5	3	2	310 000,00 €	14 174,56 €	159 356,42 €
06/04/2009	Programa de Regularização Extraordinária de Dividas ao estado (PREDE)	Direção Geral do Tesouro	1 000 000,00 €	1 000 000,00 €			10	0	10			1 000 000,00 €
22/01/2010	Financiamento Projetos PPI (N)	B.P.I	3 400 000,00 €	2 372 500,00 €	2,07%	2,39%	20	3	17	128 150,00 €	55 372,91 €	2 179 054,46 €
25/05/2010	Financiamento Projetos PPI (N)	B.P.I	2 250 000,00 €	485 000,00 €	2,16%	2,39%	20	3	17	24 650,00 €	11 400,00€	450 350,00 €
	Programa de Apoio à Economia Local		2 053 771,77 €	2 053 771,77 €	4,15%		14	0	14	110 518,77 €	83 145,09 €	1 943 253,00 €
	Total		13 725 892,58 €	10 738 570,18 €						724 358,94 €	189 837,70 €	7 405 240,83 €



Mapa de Pessoal

Exercício de 2013

- Decreto-Lei 209/2009 de 3 de Setembro, Artigo 3.º, n.º 2, alínea a).
- Lei $n.^{0}$ 12 A/2008, de 27 de Fevereiro, Artigo $5.^{\circ}$



Nota Justificativa

O Mapa de Pessoal é tido como um importantíssimo instrumento de gestão e planeamento dos recursos humanos, com vista a assegurar as necessidades resultantes do desenvolvimento do Município.

O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal como instrumento de gestão e planeamento é elaborado nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), com as alterações posteriormente introduzidas e prevê os postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades das respetivas unidades e subunidades orgânicas.

Também, com a publicação da Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, alterado pelas leis nºs 5/2005, de 30 de Agosto, 64-A/20011, de 22 de Dezembro que aprova o estatuto do pessoal dirigente impõe profundas alterações no paradigma organizacional do Município e, consequentemente ajustamentos ao Mapa de Pessoal.

A presente proposta não fomenta qualquer crescimento ao número de postos de trabalho, nem tão pouco agrava os encargos com remunerações; bem pelo contrário, assenta numa matriz de emagrecimento e redução do número de trabalhadores e, consequentemente da sua massa salarial, porquanto, os postos de trabalho que constam do Mapa de Pessoal não refletem o número de efetivos, dado a existência de postos de trabalho previstos e não ocupados.

A competência para aprovar o Mapa de Pessoal é da Assembleia Municipal, conforme determina a alínea a) do nº2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/09, de 3 de Setembro, e artigo 5.º da Lei nº. 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, pelo que se propõe que a Câmara Municipal submeta para aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Mapa de Pessoal.

Caminha, 5 de Novembro de 2012 A Presidente.

(Júlia Paula Costa, Dr.a)



Mapa de Pessoal do Município de Caminha

Orange Oranginal Orangeia	Atribuições/ Competências/ Atividades	Dirige	01			
Cargo/ Carreira/ Categoria	Atribuições/ Competencias/ Atividades	Ocupados	Não ocupados	Observações		
Cargo Intermédio 1.º grau	Nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto	1	0			
Cargo intermédio de 2.º grau	Nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto	2	0			
Cargo Intermédio de 3.º grau	Nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto	1	0			
Lei n.º 65/2007, de 12/11, define o enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no Âmbito Municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do Comandante Operacional Municipal e Decreto-Lei n.º 21/2006, de 02/02, altera a Lei Orgânica do Serviço Nacional de Bombei e Proteção civil, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março						
COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL	Sem prejuízo do disposto na Lei de bases da proteção civil compete um conjunto de competências: Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho; Promover a elaboração de planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis; Promover reuniões periódicas de trabalho; Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional do Município; Assumir a coordenação das alteraçõe de operações de socorro de âmbito municipal; Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem.	1	0			



	Atribuições/ Competências/ Atividades	Postos de Trabalho Indeterminado		Postos de Trabalho Determinado		Ohaanna äas
Cargo/ Carreira/ Categoria		Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
TÉCNICO SUPERIOR	ARQUEOLOGIA: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos nomeadamente nos seguintes domínios de atividade: Organizar e acompanhar as atividades que visam a sensibilização do público para a defesa do património cultural, designadamente exposições e visitas guiadas, realização de trabalhos de conservação, intervenção especializada de estabilização e recuperação de materiais; Organizar todo o espólio documental, e coleções literárias, procedendo ao tratamento e elaboração dos textos para a promoção do museu e do concelho; Coordenar o Museu Municipal e das Galerias de Arte do Concelho de Caminha; Elaboração de Planos de Trabalho Arqueológicos; Planeamento e desenvolvimento de escavações arqueológicas.	1	0	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	ARQUITECTURA: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos inerentes à sua qualificação profissional, nomeadamente nos seguintes domínio de atividade: Conceção e projeção de conjuntos urbanos, edificações, obras públicas e objetos, prestando a devida assistência técnica e orientação no decurso da respetiva execução; Elaboração de informações relativas a processos na área da respetiva especialidade, incluindo o planeamento urbanístico, bem como sobre a qualidade e educação de projetos para licenciamento de obras e edificação de outras operações urbanísticas; Colaboração na definição das propostas de estratégia, de metodologia e de desenvolvimento para as intervenções urbanísticas e arquitetónicas; Coordenação e fiscalização na execução de obras; Participação em vistorias e elaboração dos respetivos autos e relatórios.	4*	1	0	0	*1 TS - CARGO INTERMÉDIO DE 2.º GRAU



	Atribuições/ Competências/ Atividades	Postos de Trabalho Indeterminado		Postos de Trabalho Determinado		Obcom
Cargo/ Carreira/ Categoria		Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
TÉCNICO SUPERIOR	ACTIVIDADE DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - AEC: Lecionam os conteúdos propostos nas orientações programáticas do Ministério da Educação, em articulação com o plano definido para o 1º ciclo, dado que se tratam de atividades complementares; Nestas atividades é privilegiada a vertente lúdico-pedagógica, no sentido de se incutir o gosto pela área em causa; Para além da componente letiva, podem estes técnicos, em consonância com a legislação aplicável, realizar atividades de apoio educativo, de apoio á família e atividade técnicas especializadas, de acordo com a formação que possuem e em conformidade com o plano anual definido pelo Agrupamento de Escolas, onde se encontram integrados.	0	0	7*	0	* POR ANO LECTIVO
TÉCNICO SUPERIOR	COMÉRCIO INTERNACIONAL: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos profissional, nomeadamente nos seguintes domínios de atividade: Acompanha a implementação do Sistema de Qualidade em todos os serviços do município; Contribui para a revisão do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ); Promove os atos inerentes à elaboração e formatação dos documentos internos; Acompanha as conclusões das auditorias a realizar ao funcionamento dos serviços e promove as ações corretivas; Garante o cumprimento dos normativos internos e propõe medidas de simplificação sem prejuízo da eficácia; Implementação de medidas de modernização e simplificação administrativa, nomeadamente no âmbito do simplex autárquico.	1	0	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	COMUNICAÇÃO: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos nomeadamente os seguintes domínios de atividade: Desenvolvimento de funções de estudo e conceção de métodos no âmbito da comunicação social; Organização e preparação da informação municipal destinada a divulgação; Participa na conceção, produção e seleção, de acordo com o modelo determinado, dos elementos de comunicação gráfica, escrita, visual ou multimédia, necessários para a relação com o público, e que dão suporte a operações relacionais, incluindo as de cariz promocional ou publicitário; Participa no desenvolvimento de ações de melhoria da imagem do Município.	1	1	1	0	



	Atribuições/ Competências/ Atividades	Postos de Trabalho Indeterminado		Postos de Trabalho Determinado		2
Cargo/ Carreira/ Categoria		Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
TÉCNICO SUPERIOR	HISTÓRIA: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos nomeadamente nos seguintes domínios de atividade: Desenvolve funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos cientifico-técnicos, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, designadamente nos seguintes domínios de atividade: Organização, conservação e estudo de fundos documentais; Preparação e coordenação de serviços educativos para as visitas guiadas sobre a história e património locais; Conservação preventiva; Elaboração e organização de colóquios, exposições e publicações sobre história regional e local.	1	0	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	GESTÃO DOCUMENTAL E ARQUIVO: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos nomeadamente nos seguintes domínio de atividade: Gerir de forma técnico-científica o Arquivo Municipal; Desenvolver estratégias de envolvimento dos serviços nas boas práticas arquivísticas e desenvolver iniciativas de promoção pública do espólio do arquivo municipal; Conservação, guarda e responsabilidade do arquivo municipal, arquivar os documentos entradas na câmara, facultando, para consulta ou empréstimo, mediante pedido, os documentos arquivados, assegurar o funcionamento do arquivo municipal.	1	0	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	CONTABILIDADE: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos nomeadamente nos seguintes domínio de atividade: Desenvolver funções que se enquadram em diretivas gerais dos dirigentes e chefias, proceder às aquisições necessárias a todos os serviços municipais, com base em requisição externa; Promover todos os procedimentos de contratação no âmbito do ajuste direto; Gerir o armazém, garantindo à gestão de stocks, fornecimento dos bens aos serviços, providenciar para garantir o integral conhecimento das existências a cada momento, através de contagens físicas regulares; Acompanhar a execução dos contratos celebrados, assim como a sua caducidade; Prestar informações referentes às dotações orçamentais de despesa disponíveis.	1	0	0	0	



	Atribuições/ Competências/ Atividades	Postos de Trabalho Indeterminado		Postos de Trabalho Determinado		
Cargo/ Carreira/ Categoria		Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
TÉCNICO SUPERIOR	CERÂMICA: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos nomeadamente nos seguintes domínio de atividade: Cumprir as funções inerentes à atividade de preservação e conservação do património; Proceder à realização de exames técnicos de diagnóstico do estado de conservação do património cultural; Elabora relatórios técnicos diversos.	0	1	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	CONTRATAÇÃO PÚBLICA: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos nomeadamente nos seguintes domínio de atividade: Acompanhamento da execução dos projetos do PPI; Atos de contratação pública que integrem aquisições de bens e serviços, no âmbito de concursos públicos; Atos de contratação pública, independentemente do seu valor, inerentes à execução de empreitadas de obras públicas; Preparação e remessa de processos de contratação pública para o tribunal de contas com vista à obtenção de visto no contrato; Controlo e acompanhamento de financiamentos externos para investimentos.	1	0	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	DESIGN GRÁFICO E PUBLICIDADE : Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos nomeadamente nos seguintes domínio de atividade: Execução gráfica e multimédia; Criação de objetos e divulgação promocional; Execução gráfica de elementos institucionais; Arquivo fotográfico e do vídeo; Captação e edição de imagem; Produção de conteúdos multimédia e impressão de material de divulgação.	0	1	1	0	
TÉCNICO SUPERIOR	DESPORTO: Exerce, com autonomia e responsabilidade, funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos cientifico técnicos, inseridos nos seguintes domínio de atividade: Direção técnica desportiva - Planeamento, elaboração, organização e controle de ações desportivas; Gestão e racionalização de recursos humanos e materiais desportivos; Programas e desenvolvimento desportivo - Conceção e aplicação de projetos de desenvolvimento desportivo; Coordenação das estruturas municipais afetas ao desporto.	1	2	0	0	



	Atribuições/ Competências/ Atividades	Postos de Trabalho Indeterminado		Postos de Trabalho Determinado		Ohaannaäaa
Cargo/ Carreira/ Categoria		Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
TÉCNICO SUPERIOR	DIREITO: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos nomeadamente nos seguintes domínios de atividade: Realiza estudos e outros trabalhos de natureza jurídica conducentes à concretização e definição de políticas do município; Elabora pareceres e informações sobre a interpretação e aplicação da legislação, bem como normas e regulamentos internos; Recolhe, trata e difunde legislação, jurisprudência, doutrina, e outra informação necessária ao serviço em que está integrado; Pode ser incumbido de coordenar e superintender na atividade de outros profissionais e bem assim de acompanhar processos judiciais.	3*	0	0	0	*1 TS - CARGO INTERMÉDIO DE 1.º GRAU + 1TS - CARGO INTERMÉDIO 2.º GRAU
TÉCNICO SUPERIOR	EDUCAÇÃO SOCIAL: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos nomeadamente nos seguintes domínios de atividade: Atendimento às famílias e/ou indivíduos em situação de pobreza e exclusão social; Encaminhamento das famílias e/ou indivíduos em situação de pobreza e exclusão social para os serviços da comunidade; Acompanhamento sociofamiliar no domicílio; Planificação, coordenação de atividades para crianças e jovens do Concelho, durante as pausas lécticas; Planificação, organização e acompanhamento de atividade de animação para Centros de Dia e lares do Concelho; Técnica responsável pelas avaliações socioeconómicas dos munícipes para efeitos de atribuição de géneros alimentares do banco alimentar e do PCAAC; Elemento cooptado da Câmara Municipal de Caminha na Comissão Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha - funções desempenhadas como Presidente da CPCJ;	1	0	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos nomeadamente nos seguintes domínio de atividade: Proceder à realização de documentos de diagnóstico sobre as dinâmicas educativas locais; Acompanhar diretamente as crianças nas atividades educativas e ou lúdico, proporcionando-lhes ambiente adequado e controla essas atividades, promovendo nomeadamente a adoção de atitudes e regras de higiene pessoal, prevenção e segurança, cortesia e boa conduta.	1	0	0	0	



	Atribuições/ Competências/ Atividades	Postos de Trabalho Indeterminado		Postos de Trabalho Determinado		Observações
Cargo/ Carreira/ Categoria		Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
TÉCNICO SUPERIOR	ENGENHARIA AGRICOLA: Promove a elaboração de estudos e projetos e acompanha a sua execução no domínio das infraestruturas, construções rurais e obras de defesa e conservação do solo, de acordo com as necessárias e prioridades; Assegura o cumprimento das normas referentes à defesa da reserva agrícola; Assegura as ações decorrentes das medidas definidas no âmbito da estruturação fundiária, do arrendamento rural, dos níveis de aproveitamento dos solos e de outras modalidades de exploração; Elaborar relatórios técnicos diversos.	2	0	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	ZOOTÉCNICA/ MINAS E GEOAMBIENTE: Conceber, planear e otimizar técnicas de nutrição e alimentação animal; Definição de medidas de controlo no âmbito da saúde pública em conjunto com o Veterinário; Realização de ações de sensibilização direcionadas para a problemática dos animais abandonados; Realização de estudos e prospeções, inventariação e avaliação de recursos naturais; Selecionar os métodos e procedimentos mais adequados à avaliação integrada dos diversos riscos ambientais;	1*	2	2	0	* EM MOBILIDADE
TÉCNICO SUPERIOR	ENGENHARIA CIVIL/AMBIENTE: Exerce com autonomia e responsabilidade, funções de investigação, estudos, conceção e aplicação de métodos e processos, enquadrados em conhecimentos profissionais inerentes à licenciatura e inseridos nos seguimentos domínios: Elaboração de informação e pareceres de carácter técnico sobre processos e viabilidades de construção; Conceção e análise de projetos de arruamentos, drenagem de águas pluviais e de águas domésticas e abastecimento de águas relativos a operações de loteamentos urbanos; Fiscalização e direção técnica de obras e realização de vistorias técnicas; Colaboração e participação em equipas multidisciplinares para elaboração de projetos para obras de complexa ou elevada importância técnica ou económica; Conceção e realização de planos de obras, estabelecendo estimativas de custo e orçamentos, planos de trabalho e especificações, indicando o tipo de materiais, máquinas e outros equipamentos necessários; Preparação dos elementos necessários para lançamento de empreitadas, nomeadamente elaboração do programa de concurso e caderno de encargos;	11*	2	0	0	*1 TS - CARGO INTERMÉDIO DE 3.º GRAU



			Postos de Trabalho Indeterminado		Postos de Trabalho Determinado		
Cargo/ Carreira/ Categoria	Atribuições/ Competências/ Atividades	Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações	
TÉCNICO SUPERIOR	ECONOMIA E GESTÃO: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção a adaptação de métodos e processos cientificotécnicos, inerentes à respetiva licenciatura, inseridos, nomeadamente, nos seguintes domínio de atividade: Estudo e análise de dados económicos e elaboração de previsões, projetos, pareceres, peritagens e auditorias em assuntos relativos aos ramos da ciência económica; Realização de estudos, pesquisas e levantamentos de programas comunitários, da administração central ou outros; Instrução de processos de candidatura a financiamentos de programas comunitários; Investigação de diferentes aspetos das dinâmicas económicas e elaboração de programas de intervenção nesse domínio, da iniciativa municipal em articulação com outras entidades, reabilitação social e urbana, e engenharia.	2	3	0	0		
TÉCNICO SUPERIOR	GEOGRAFIA: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos cientifico-técnicos, inerentes à respetiva licenciatura, inseridos, nomeadamente, nos seguintes domínios de atividade: Estuda fenómenos físicos e humanos do território no que respeita às suas distribuições espaciais e interligações às escalas local, regional e nacional; Recorre com frequência, a tecnologias informáticas, como no caso dos sistemas de informação geográfica que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação especialmente referenciada, produzindo diversos tipos de documentos geográficos de relacionamento dos fenómenos; Participação em reuniões para análise de projetos e programas com vista a coordenar os estudos a empreender num ou em vários domínios de especialização; Participação na conceção, redação e implementação de projetos de âmbito diversificado.	2	0	1	0		



	Atribuições/ Competências/ Atividades	Postos de Trabalho Indeterminado		Postos de Trabalho Determinado		Ohservações
Cargo/ Carreira/ Categoria		Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
TÉCNICO SUPERIOR	HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos cientifico-técnicos, inseridos, nomeadamente, nos seguintes domínios de atividade: Colaboração na definição da política de prevenção e proteção de riscos profissionais, acidentes de serviço e doenças profissionais; Elaboração e implementação de ações, diagnósticos e propostas no âmbito dos riscos profissionais, planos de emergência, acidentes de serviço e doenças profissionais; Avaliação e solução de riscos profissionais, assegurando a eficiência dos sistemas necessários à operacionalização das medidas de prevenção e de proteção implementadas e dos critérios para a aquisição e manutenção de equipamentos de proteção individual e a sinalização de segurança; Estudo das condições de higiene e segurança existentes nos diversos serviços municipais, promovendo a adoção ou aquisição de meios de produção individuais ou coletivos; Orientação técnica das atividades de segurança e higiene e saúde no trabalho, adotando uma perspetiva multidisciplinar;	0	1	1	0	
TÉCNICO SUPERIOR	LINGUAS E LITERATURA: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos cientificotécnicos, inseridos, nomeadamente, nos seguintes domínios de atividade: Gestão do processo de Educação; Mediação entre a autarquia e os estabelecimentos de ensino, rececionando as solicitações e tratando do devido encaminhamento/ resposta; Elaboração do Plano de Transportes, em consonância com a legislação aplicável; Preparação das candidaturas a submeter à DREN; Monitorização de regular funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular; Organização de eventos, no âmbito da Educação; Elaboração de protocolos a estabelecer com as diferentes entidades, nomeadamente para assegurar refeições e transporte.	1	0	0	0	



		Postos de Trabalho Indeterminado		Postos de Trabalho Determinado		Ohaannaäaa
Cargo/ Carreira/ Categoria	Atribuições/ Competências/ Atividades	Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
TÉCNICO SUPERIOR	MEDICINA VETERINÁRIA: Compete ao médico veterinário municipal: Colaborar na execução das tarefas de inspeção higio-sanitária e controlo higio-sanitário das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados; Emitir parecer, nos termos da legislação vigente, sobre as instalações e estabelecimentos referidos na alínea anterior; Notificar de imediato as doenças de declaração obrigatória e adotar prontamente as medidas de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional sempre que sejam detetadas casos de doenças de caracter epizoótico; Participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia;	1	0	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	PSICOLOGIA: Efetua estudos de natureza cientifico-técnica, tendo em vista a fundamentação da tomada de decisões, em áreas como recursos humanos, apoio social, educativo e cultural, colaborando, nomeadamente, nas seguintes áreas: Promoção de ações necessárias ao recrutamento, seleção e orientação profissional dos trabalhadores; Resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; Deteção de necessidades da comunidade educativa, com fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas, designadamente em casos de insucesso escolar; Identificação de necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa.	3	0	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	PLANEAMENTO URBANISTICO: Desenvolve funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos cientifico-técnicos, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, requerendo formação na área de urbanismo, designadamente nos seguintes domínios de atividade: Preparação de programas de intervenção e posterior acompanhamento do desenvolvimento de planos, projetos ou estudos de natureza urbanística; Participação direta na elaboração de estudos, planos e projetos urbanísticos; Avaliação de estudos, planos e projetos urbanísticos e emissão dos respetivos pareceres; Apreciação, no quadro da gestão urbana, de estudos, projetos ou propostas de intervenção urbana, assim como de pedidos de informação formulados pelo público e emissão dos respetivos pareceres.	1	0	0	0	



		Postos de Trabalho Indeterminado		Postos de Trabalho Determinado		
Cargo/ Carreira/ Categoria	Atribuições/ Competências/ Atividades	Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
TÉCNICO SUPERIOR	SOCIOLOGIA: Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos cientifico-técnicos, inseridos, nomeadamente, nos seguintes domínios de atividade: Desenvolver funções de investigação, estudo, conceção e aplicação de métodos e processos cientifico-técnicos na área da sociologia; Participar na programação e execução das atividades ligadas ao desenvolvimento da respetiva autarquia local; Desenvolver projetos e ações ao nível da intervenção na coletividade, de acordo com o planeamento estratégico integrado definido para a área da respetiva autarquia local; Propor e estabelecer critérios para avaliação da eficácia dos programas de intervenção social; Promover e dinamizar ações tendentes à integração e valorização dos cidadãos; Realizar estudos que permitem conhecer a realidade social, nomeadamente nas áreas da saúde, do emprego e da educação.	1	1	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Exerce, com autonomia e responsabilidade, funções de investigação, estudo e conceção tendentes a informar a decisão superior, cabendo-lhe nomeadamente: Reconciliação de terceiros; Liquidação e acompanhamento dos registos contabilísticos referentes a impostos, designadamente do IVA; Processamento dos pagamentos referentes à consignação de receitas.	1	0	0	0	
TÉCNICO SUPERIOR	TURISMO: Exerce, com autonomia e responsabilidade, funções de investigação, estudo e conceção tendentes a informar a decisão superior, cabendo-lhe nomeadamente: Realizar estudos e outros trabalhos conducentes à definição e concretização das políticas do município na área do turismo; Recolher, tratar e difundir toda a informação turística necessária ao serviço em que está integrado; Planear, organizar e controlar ações de promoção turística; Participar em auditorias com vista ao licenciamento dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de alojamento local; Prestar acompanhamento/ apoio técnico na realização de ações de formação a disponibilizar aos agentes do sector turístico; Participação e colaboração na elaboração de projetos de candidaturas municipais e intermunicipais da área de Turismo.	2	0	0	0	



			Postos de Trabalho Indeterminado		Postos de Trabalho Determinado	
Cargo/ Carreira/ Categoria	Atribuições/ Competências/ Atividades	Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA	INFORMÁTICA: Desempenha funções de conceção e aplicação em qualquer uma das seguintes áreas: gestão e arquiteturas de sistemas de informação; Infraestruturas tecnológicas e engenharia de software (ver especificações na referida portaria); Incumbe ainda ao pessoal integrado nesta carreira as seguintes tarefas, nas respetivas áreas de especialidade - colaborar na definição de politicas, no desenvolvimento dos sistemas de tecnologia e informação, na modelização de testes e na avaliação de protótipos e na realização de atividades de consultadoria e auditoria especializada, estudar o impacte dos sistemas informáticos e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional, propondo medidas adequadas para a introdução de inovações na organização e funcionamento dos serviços e para a formação dos utilizadores de informática participar no planeamento e no controlo de projetos informáticos.	1	0	0	0	
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	INFORMÁTICA: O técnico de informática desempenha funções numa das seguintes áreas funcionais, infraestruturas tecnológicas e engenharia de infraestruturas tecnológicas são predominantemente: instalar componentes hardware e software, designadamente de sistemas de servidores, dispositivos de comunicações, estações de trabalho, periféricos e suporte lógico utilitário, assegurando a respetiva manutenção e atualização; Gerar e documentar as configurações e organizar e manter atualizado o arquivo dos manuais de instalação, operação e utilização dos sistemas e suportes lógicos de base; Planificar a exploração, parametrizar e acionar o funcionamento, controlo e operação dos sistemas, computadores, periféricos e dispositivos de comunicações instalados, atribuir, otimizar e desafetar os recursos, identificar as anomalias e desencadear as ações de regularização requeridas; Zelar pelo cumprimento das normas de segurança física e lógica e pela manutenção do equipamento;	4	1	0	0	



			Trabalho minado	Postos de Detern	- · · · ·	
Cargo/ Carreira/ Categoria	Atribuições/ Competências/ Atividades	Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
COORDENADOR TÉCNICO	Funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização de trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.	7	1	0	0	
Assistente Técnico	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.	39*	3	4	1	*1 LUGAR EM MOBILIDADE INTERNA
ENCARREGADO GERAL OPERACIONAL	Funções de chefia do pessoal da carreira de assistente operacional. Coordenação geral de todas as tarefas realizadas pelo pessoal afeto aos sectores de atividade sob a sua supervisão.	3	0	0	0	
ENCARREGADO OPERACIONAL	Funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável. Realização de tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob a sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.	4	0	0	0	
ASSISTENTE OPERACIONAL	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico, responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	137	18	18	3	



			Trabalho minado	Postos de Detern		
Cargo/ Carreira/ Categoria	Atribuições/ Competências/ Atividades	Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
TÉCNICO PROFISSIONAL ESPECIALISTA PRINCIPAL FISCAL MUNICIPAL	Despacho n.º 20/SEALOT/94, publicado na II série do D.R. de 12 de Maio - Fiscaliza e faz cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua atuação específica.	1	0	0	0	
TÉCNICO PROFISSIONAL ESPECIALISTA FISCAL MUNICIPAL	Despacho n.º 20/SEALOT/94, publicado na II série do D.R. de 12 de Maio - Fiscaliza e faz cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua atuação específica.	1	0	0	0	CARREIRA SUBSISTENTE
TÉCNICO PROFISSIONAL DE 1ª CLASSE FISCAL MUNICIPAL	Despacho n.º 20/SEALOT/94, publicado na II série do D.R. de 12 de Maio - Fiscaliza e faz cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua atuação específica.	2	0	0	0	CARREIRA SUBSISTENTE



			Trabalho minado	Postos de Detern		
Cargo/ Carreira/ Categoria	Atribuições/ Competências/ Atividades	Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Observações
MESTRE DE TRÁFEGO FLUVIAL	Anexo I a que se refere o n.º 1, do artigo 8º, do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro: Responde pela embarcação de tráfego local onde presta serviço, na área da capitania do porto onde é efetuado o tempo da embarcação; Executa o expediente relacionado com o funcionamento da embarcação, nomeadamente elaborando requisições de materiais sobresselentes e registando em boletins e mapas elementos de execução dos serviços.	0	0	0	1	CARREIRA SUBSISTENTE
MOTORISTA DE TRÁFEGO FLUVIAL	Anexo I a que se refere o n.º 1, do artigo 8º, do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro: Coadjuva e substitui o mestre de tráfego fluvial nas suas faltas e impedimentos; Para além de conduzir a embarcação, auxilia o mestre em todos os trabalhos, para os quais seja solicitada a sua colaboração.	2	0	0	0	CARREIRA SUBSISTENTE
MARINHEIRO DE TRÁFEGO FLUVIAL	Anexo I a que se refere o n.º 1, do artigo 8º, do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro: Executa as tarefas inerentes ao serviço de convés, a navegar ou em cais, subordinadas ao nível da sua competência técnica; Efetua manobras de amarração, fundamento, receção, recolha e passagem de cabos de reboque, executa trabalhos de mancaria, conservação e limpeza da unidade, necessários à manutenção e bom funcionamento de todos os apetrechos da embarcação; Dá informações aos passageiros relacionados com o percurso e arrumação de eventuais veículos e bagagens.	2	0	0	0	CARREIRA SUBSISTENTE



Corgo/ Correiro/ Cotogorio		e Trabalho rminado		e Trabalho minado	Posto de Trabalho	
Cargo/ Carreira/ Categoria	Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	Não Ocupados	Ocupados	
TÉCNICO SUPERIOR	45	15	13	0	58	
ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA	1	0	0	0	1	
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	4	1	0	0	4	
COORDENADOR TÉCNICO	7	1	0	0	7	
ASSISTENTE TÉCNICO	39	3	4	1	43	
ENCARREGADO GERAL OPERACIONAL	3	0	0	0	3	
ENCARREGADO OPERACIONAL	4	0	0	0	4	
ASSISTENTE OPERACIONAL	137	18	18	3	155	
TÉCNICO PROFISSIONAL ESPECIALISTA - PRINCIPAL FISCAL MUNICIPAL	1	0	0	0	1	
TÉCNICO PROFISSIONAL ESPECIALISTA - FISCAL MUNICIPAL	1	0	0	0	1	
TÉCNICO PROFISSIONAL DE 1.º CLASSE FISCAL MUNICIPAL	2	0	0	0	2	
MESTRE DE TRÁFEGO FLUVIAL	0	0	0	1	0	
MOTORISTA DE TRÁFEGO FLUVIAL	2	0	0	0	2	
MARINHEIRO DE TRÁFEGO FLUVIAL	2	0	0	0	2	
То	tal 248	38	35	5	283	



GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA EXERCÍCIO DE 2013

ENCERRAMENTO

As	presentes										
de Câmara	pagin Municipal c		amente nu na realizad						•		reuniao
ue Camara	ividilicipal c	ie Carriirii	ia realizau	a C III		ue			_ ue 2012	<u>-</u> .	
			A	Pres	idente,	,					
		_									
			(Júlia F	Paula	Costa,	, Dr.	a)				
			A	Secr	etária,						
		-	(Ana	bela	Monte	iro)					
			TERMO D	E AP	PROVA	١ÇÃ٥	O FINA	AL			
As	Grandes Op	oções do	Plano mere	ecera	m apro	ovaç	ão por				, da
Assembleia	a Municipal	de Camin	nha em sua	a ses	são/re	uniã	0			do di	a
de		de 2012,	, pelo que f	icam	todas	as s	uas fo	lhas e a	anexos ru	bricad	as pelos
membros q	ue abaixo a	ssinam o	presente to	ermo	-						
			0	Pres	idente	,					
		-	(Francisco	José	é Samp	oaio,	Dr.)				
	O 1º Secre	tário,						O 2º	⁾ Secretár	io,	
	(Severino S	Sousa)						(Irer	ne Pached	;o)	



ORÇAMENTO PARA EXERCÍCIO DE 2013

ENCERRAMENTO

O presente orçamento	o supra mencionado, que impe	orta, tanto na receita como na
despesa, no total de vinte e três	s milhões, seiscentos e cinquent	a e três mil, setecentos e setenta
euros e contêm	páginas, devidamente nume	eradas e rubricadas, foi aprovado
em projeto - proposta pela Câr	nara Municipal, em conformidad	le com o disposto no art.º 64, n.º
2, alínea c) da Lei 16/99, 18 de	e Setembro, alterada pela Lei n.	° 5-A/2002, de 11 de Janeiro na
reunião realizada no dia	de de 20	12, remetendo-o, à Assembleia
Municipal, para os efeitos previ	stos na alínea b), do n.º 2, do ar	t.º 53, daquele preceito legal.
	A Câmara Municipal	
	A Presidente,	
	(Júlia Paula Costa, Dr.ª)	_
	A Secretária,	
	(Anabela Monteiro)	_
	A Assembleia Municipal	
	O Presidente,	
	(Francisco José Sampaio, Dr.)	_
O 1º Secretário,		O 2º Secretário,
(Severino Sousa)		(Irene Pacheco)